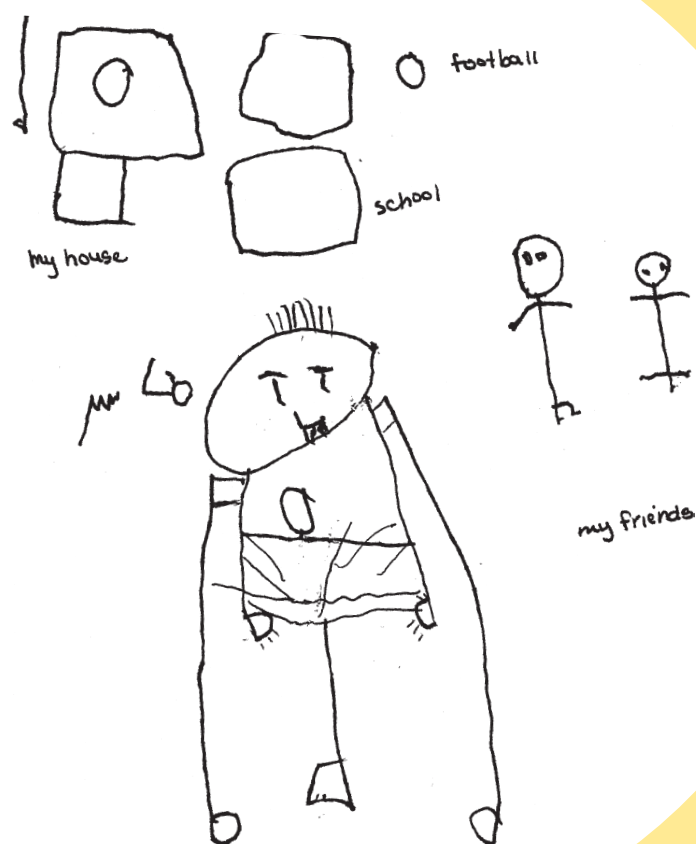


OS DIREITOS DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

- um guia prático



Save the Children

A Save the Children trabalha para:

- um mundo que respeite e valorize todas as crianças
- um mundo que ouça as crianças e aprenda
- um mundo onde todas as crianças tenham esperança e oportunidades.

A Save the Children trabalha para crianças em toda a parte. Acreditamos que os benefícios duradouros para as crianças só podem ocorrer através de mudanças nos valores sociais e na política e prática públicas.

Para alcançarmos uma tal mudança temos de:

- guiar-nos pela inovação e pelo conhecimento e experiência que contribuam para uma agenda das crianças para o novo século
- assegurar um compromisso global para com os direitos das crianças através de parcerias com organizações nacionais e internacionais e recorrendo ao apoio do público
- exigir reconhecimento e acção em nome das crianças mais vulneráveis do mundo, incluindo as vítimas de crises.

Todo o nosso trabalho assenta nos direitos da criança, primeiramente defendidos pelos fundadores da Save the Children e expressos hoje em dia na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

©Save the Children e Hazel Jones 2001

Publicado primeiramente pela Save the Children com o título *Disabled Children's Rights – a practical guide* disponível de www.rb.se/bookshop

Equipa de produção: Ulrika Persson, Sue Stubbs, Ingrid Lewis e Anna-Carin Carlsson

Design gráfico: Matilda Carlsson

Ilustrador da capa: Kassim, 9 anos, do Iémen

Ilustração: Angela Martin

Tradução portuguesa: Octávio Gameiro

Impresso por Bergs Grafiska AB 2002

Índice

Agradecimentos **7**

Abreviaturas e acrónimos **8**

A utilização da linguagem **9**

Introdução

Os antecedentes **11**

○ Projecto dos Direitos das Crianças portadoras de deficiências - Objectivos **11**

Os dados **13**

Critérios de violações e de boa prática **14**

As limitações **16**

○ padrão dos dados **16**

○ formato **18**

A informação produz conhecimento **19**

Capítulo 1: Do que estamos a falar

Quando dizem crianças portadoras de deficiências, de quem é que estão a falar? **21**

Estão então a falar de uma minoria muito pequena, não estão? **21**

Onde estão então todas estas crianças portadoras de deficiências? Devem ser invisíveis! **23**

As crianças portadoras de deficiências estão escondidas **24**

As crianças portadoras de deficiências são ignoradas nos relatórios e estatísticas **24**

○ que querem dizer com direitos humanos? **25**

○ que é a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança? **26**

Qual é a diferença entre os direitos e as necessidades das crianças?	26
O que é que a Convenção sobre os Direitos da Criança tem a ver com as crianças portadoras de deficiências?	27
Tantos Artigos	28
O que é a discriminação?	29
A discriminação múltipla	30
As hierarquias da incapacidade	32
Nós não discriminamos - tratamos todas as crianças do mesmo modo	32
Estão a dizer que as crianças portadoras de deficiências têm direitos especiais?	34
Então e os outros princípios gerais - a Sobrevivência e o Desenvolvimento?	34
Então e o 'Melhor interesse da criança'?	35
A participação - o direito da criança a ser ouvida?	36
Os princípios gerais e outros Artigos da Convenção - o exemplo do direito à educação	38
Então e que tal o Artigo 23.º? O Artigo 23.º certamente que 'cobre' as crianças portadoras de deficiências?	41
A protecção contra o abuso e o abandono	43
O abandono não é culpa das famílias pobres e sobrecarregadas de trabalho	46
Mas o abuso sexual - certamente que ninguém abusaria sexualmente de uma criança portadora de deficiências?	47
Obviamente que as crianças portadoras de deficiências estariam mais seguras em instituições, não era?	48
A protecção em situações de crise	48

As situações de emergência **48**

O VIH/SIDA **49**

Desculpas comuns e táticas de fuga à questão - “concentramo-nos principalmente na prevenção e na erradicação das incapacidades” **49**

A principal preocupação do nosso país é a pobreza - as crianças portadoras de deficiências custam mais dinheiro, por isso vão ter de esperar **50**

Para assegurarmos todos os direitos das crianças portadoras de deficiências, vamos precisar de tantos programas especiais diferentes! **51**

Já possuímos leis e políticas adequadas para as crianças portadoras de deficiências **51**

Capítulo 2: A boa prática e o melhoramento da prática

Combater a invisibilidade **53**

A não discriminação **54**

A sobrevivência e o desenvolvimento **56**

Escutar as opiniões das crianças **59**

A educação **61**

Cumprir o Artigo 23.º: remover os obstáculos ao acesso **64**

Fomentar a compreensão e as aptidões das famílias e da comunidade **65**

A protecção contra o abuso e a negligência **68**

A protecção contra o abuso sexual **69**

A desinstitucionalização **69**

As situações de crise **71**

Capítulo 3: O que podemos fazer?

Utilizar a Convenção para promover a mudança **73**

Compreender o processo de controlo da aplicação da Convenção **73**

Como elaborar relatórios **74**

O papel das ONGs **75**

A Programação dos Direitos da Criança **78**

Lista de controlo para incluir as questões de deficiência na Programação dos Direitos da Criança **79**

A defesa dos direitos e o exercer de influência - utilizar informação para promover a mudança **87**

Instrumentos internacionais adicionais para promover a mudança **88**

Anexos

A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU - em resumo **91**

Síntese das Regras Gerais da ONU sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências **97**

Referências **100**

Contactos **110**

Formulário de Feedback **111**

Agradecimentos

Agradecemos a todos - demasiados para mencionarmos individualmente - os que contribuíram com as suas histórias e experiências. Um agradecimento especial, no entanto, para a Save the Children da Suazilândia e para o Gabinete do Iémen da Save the Children da Suécia pelo tempo e pelo empenho empregues nas entrevistas e na documentação das histórias a partir de um vasto leque de fontes de informação.

Agradecemos igualmente àqueles que contribuíram generosamente com o seu tempo para proporcionarem comentários e feedback inestimáveis ao Grupo de Trabalho, os quais nos ajudaram a retomarmos o caminho certo: Rachel Hurst (DAA), Beverly Ashton (ADD), Simone Aspis (Changing Perspectives), Silvia Stefanoni (Aliança Save the Children) e Gerison Lansdown.

Abreviaturas e acrónimos

ADD	Action on Disability & Development (Acção sobre Deficiência e Desenvolvimento)
Art.	Artigo (da Convenção)
A Convenção/CDC	A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança
Comité da CDC	Comité da ONU para a Convenção sobre os Direitos da Criança
DAA	Disability Awareness in Action (Alerta Activo sobre Deficiência)
DPI	Disabled Peoples' International (Organização Internacional para Portadores de Deficiências)
Grupo de Trabalho	Grupo de Trabalho da Aliança SC para a Deficiência e a Discriminação
IDDC	International Disability & Development Consortium (Consórcio Internacional para a Deficiência e Desenvolvimento)
ONG	organização não-governamental
ONGI	organização não-governamental internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPD	organização de pessoas portadoras de deficiências
RBC	reabilitação com base na comunidade
RIDC	Rede de Informação sobre os Direitos da Criança
SC	Save the Children
UNICEF	Fundo Internacional das Nações Unidas de Auxílio à Criança

A utilização da linguagem

Quando nos referimos a ‘crianças’, a menos que seja afirmado de modo diferente, queremos *sempre* dizer raparigas e rapazes, adolescentes e jovens até aos 18 anos de idade. É dada preferência aos termos ‘crianças portadoras de deficiências’ e ‘pessoas deficientes’ em relação aos termos ‘crianças com deficiências’ ou ‘pessoas com deficiências’. Esta preferência reflecte o conceito de deficiência como um resultado das barreiras sociais e ambientais que impedem as pessoas com incapacidades de participarem em situação de igualdade com as pessoas não deficientes.

O termo ‘incapacidade’ é utilizado para aludir a condições específicas dos indivíduos, e.g., ‘criança com uma incapacidade física’ ou ‘crianças com dificuldades de aprendizagem’ ou ‘criança com uma incapacidade visual’, etc.

Simultaneamente, reconheceu-se que em diferentes partes do mundo se considera apropriada uma terminologia diferente, por isso respeitou-se, manteve-se e mudou-se o menos possível a linguagem utilizada nos exemplos dos dados. Esta só foi editada quando foi necessário para clarificar a sua compreensão por parte de um público internacional.

Os termos ‘Norte’ e ‘Sul’ são utilizados para indicar aqueles que se chamavam noutros tempos os países desenvolvidos/em desenvolvimento, e mais recentemente países de ‘rendimento elevado’ e de ‘baixo rendimento’.

Os antecedentes

Em Outubro de 1997, o Comité que controla a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (a Convenção) organizou um Dia Temático sobre os Direitos das Crianças portadoras de deficiências. Uma série de organizações que trabalham com crianças portadoras de deficiências, incluindo os representantes da Aliança Internacional Save the Children (Aliança SC), participaram em discussões sobre os direitos das crianças portadoras de deficiências à sobrevivência, ao desenvolvimento, ao ensino e à participação.

O Projecto dos Direitos das Crianças portadoras de deficiências - Objectivos:

- Encorajar as outras organizações que são membros da Aliança que estejam interessadas nas questões da deficiência, da discriminação e da inclusão a juntarem-se.¹
- Abordar a questão da discriminação das crianças portadoras de deficiências no seio dos programas dos membros da Aliança.

¹ Para mais informação sobre o Grupo de Trabalho da Aliança SC para a Deficiência e a Discriminação contactar Ulrika Persson, Disability Programme Officer, Save the Children Sweden, SE-107 88 Stockholm.



Para:
Os Direitos da Criança
Todas as Crianças
Pelo Mundo Inteiro
O Mundo
O Planeta Terra

“Preciso de apoio e de instrumentos para abrir isto.”

- Melhorar a compreensão das pessoas face à situação das crianças portadoras de deficiências e das questões que as afectam.
- Inspirar outros ao proporcionar exemplos do que já está a ser feito, com uma atenção especial para os países do Sul.
- Fornecer medidas concretas e realizáveis a implementar.

Este projecto, concebido para contribuir para os objectivos mencionados, é para produzir um conjunto de materiais que descrevam exemplos concretos de violações dos direitos das crianças portadoras de deficiências e exemplos de boa prática de acordo com todos os Artigos da Convenção.

A intenção é fornecer um instrumento de trabalho a ser usado por qualquer um, quer seja ou não do governo, de uma organização local ou internacional, ou de organizações de pessoas deficientes, de crianças

ou de pais, na promoção dos direitos das crianças portadoras de deficiências. Contudo, este projecto não tem por intenção monitorizar os direitos das crianças portadoras de deficiências. Existem outras organizações que fazem isto.²

Os dados recolhidos não têm por objectivo proporcionar uma imagem representativa do que está a acontecer às crianças portadoras de deficiências no mundo, nem a informação recolhida é estatisticamente significativa.

Os dados

O Grupo de Trabalho recolheu mais de 400 dados informativos de mais de 70 países de todos os continentes. A informação é proveniente das seguintes fontes:

- Um terço é de material não publicado, incluindo cartas individuais, mensagens electrónicas e entrevistas por um pesquisador ou por funcionários de organizações não-governamentais (ONGs).
- Dois terços são de documentos existentes - relatórios, livros, artigos de jornais, i.e., de fontes publicamente acessíveis, incluindo a Internet.

² A Disability Awareness in Action (DAA) é uma rede de informação internacional sobre a deficiência e os direitos humanos. A DAA está a compilar uma base de dados segura e confidencial de violações dos direitos humanos das pessoas deficientes pelo mundo inteiro.

A DAA também é a coordenadora do Grupo de Trabalho Direitos para as Crianças portadoras de deficiências já mencionado. O objectivo do Direitos para as Crianças portadoras de deficiências é recolher provas sobre o estatuto das crianças portadoras de deficiências e apoiar o Comité para os Direitos da Criança na sua monitorização dos relatórios estatais.

- Os colaboradores incluem crianças portadoras de deficiências, familiares de crianças portadoras de deficiências, adultos deficientes, representantes de organizações de pessoas deficientes (OPDs) e outras ONGs, funcionários de ONGs internacionais e funcionários governamentais.
- 44 por cento dos exemplos são de fontes da Aliança ou de outros parceiros. 14 por cento são das próprias pessoas deficientes, mas só 5 por cento são de crianças portadoras de deficiências.

As questões levantadas podiam muito bem ter sido bastante diferentes, se a relação fosse inversa e a maioria das contribuições fosse das próprias crianças portadoras de deficiências.

Foram incluídos:

- Os pais das crianças portadoras de deficiências, já que o impacto da deficiência pode muitas vezes afectá-los de modo adverso.
- As causas da incapacidade, incluindo a mutilação genital feminina (MGF), o envenenamento químico e as formas extremas de trabalho infantil. É um facto que os abusos dos direitos da criança podem causar a incapacidade de qualquer criança.

Não foram incluídas:

- Questões relacionadas com a prevenção da incapacidade. A prevenção deve ser parte integrante dos bons cuidados de saúde.

CrITÉRIOS de violações e de boa prática

Uma violação ocorre quando um direito foi violado, ou simplesmente não foi implementado. Para uma criança portadora de deficiências, a violação pode

ocorrer em comparação com o tratamento recebido por outras crianças na família ou na comunidade, e.g., todas as crianças na família vão à escola excepto a criança portadora de deficiências.

Ou então, a violação pode ser aquilo que a criança portadora de deficiências enfrenta *juntamente com* as outras crianças, e.g., a ausência de instalações de cuidados básicos de saúde, mas que tem um efeito bastante mais adverso sobre a criança portadora de deficiências.

É mais difícil chegar a acordo quanto **à boa prática e ao actuar no sentido da boa prática**. A boa prática não é fixa e absoluta. Aquilo que num contexto pode ser considerado um progresso no sentido da boa prática, pode ser um passo atrás noutro contexto.

De início, os exemplos foram categorizados por a) violações, ou por b) boa prática ou prática melhorada. Deste modo, seria incluída qualquer iniciativa que parecesse ter resultado em melhoramentos para as vidas das crianças portadoras de deficiências.

Em breve se tornou claro que esta análise era demasiado simplista. Muitos exemplos não encaixam claramente numa ou noutra categoria, contendo antes elementos quer de boa prática quer de violações. Isto levou-nos a repensar o modo como os dados foram analisados.

Utilizaram-se os quatro princípios orientadores da Convenção como critérios para avaliar cada exemplo. Se a informação indica que não foi violado qualquer direito, este é então categorizado como uma boa prática.

Se o exemplo ilustra uma boa prática relativamente a certos direitos, mas continua a violar outros direitos, incluindo os quatro princípios orientadores, é então

A Etiópia está a passar de uma situação prévia que excluía totalmente as crianças portadoras de deficiências do sistema de ensino, para a aceitação de que elas podem ser educadas “conforme permitam os recursos do país”. (*Haile & Bogale, 1999, #334*)

Embora melhore o direito à educação da criança portadora de deficiências, este exemplo ainda viola claramente pelo menos dois princípios orientadores - ‘A não discriminação’, e ‘O interesse superior da criança’. Não pode portanto ser classificado como uma boa prática, mas deve continuar a ser reconhecido com um passo na direcção certa no sentido do direito à educação.

categorizado como ‘a actuar no sentido de’ uma boa prática.

Isto deveu-se ao reconhecimento do facto de que muito poucos exemplos cumprem os critérios de todos os quatro princípios orientadores, mas que são, apesar de tudo, um passo na direcção certa e resultam em melhoramentos para as vidas das crianças portadoras de deficiências. Isto ao mesmo tempo assinala as áreas onde continua a ser necessário fazer melhoramentos.

As limitações

As decisões sobre se um exemplo ilustra ou não uma violação, ou uma boa prática, assentam somente na informação fornecida, a qual foi aceite tal como foi adiantada. O Grupo de Trabalho não está em condições de verificar a autenticidade de cada colaboração. Aceitamos igualmente que algumas das observações apresentadas são subjectivas e que podem não proporcionar uma imagem global.

Entre os exemplos recolhidos pelo projecto, não foi muitas vezes fornecida informação suficiente para podermos identificar se as opiniões da criança foram ou não escutadas. É seguro afirmar, no entanto, que se isso não foi mencionado então é porque provavelmente não aconteceu.

Os padrões dos dados

Os exemplos documentados relacionam-se com quase todos os Artigos da Convenção, com a maioria (45 por cento) relacionados com o direito à educação.

Começaram por surgir algumas lacunas óbvias, algumas das quais conseguimos colmatar com a busca e a solicitação activa de informação, por exemplo:

- As crianças portadoras de deficiências e o trabalho infantil (Art. 32.º).

- A boa prática na protecção das crianças portadoras de deficiências contra o abuso sexual (Art. 34.º).
- As crianças portadoras de deficiências em situações de conflito (Art. 38.º).
- As crianças portadoras de deficiências e a justiça juvenil (Art. 40.º).
- As colaborações das crianças portadoras de deficiências e dos adultos com dificuldades de aprendizagem.

Ainda permanecem, no entanto, algumas lacunas, o que leva a concluir que pouca ou nenhuma informação se encontra ainda disponível sobre estas questões:

- A protecção das crianças portadoras de deficiências contra o consumo de drogas (Art. 33.º).
- A reunificação familiar em relação às crianças portadoras de deficiências (Art. 10.º).

Temos alguns exemplos de violações, mas nenhum que descreva uma boa prática sobre:

- A adopção das crianças portadoras de deficiências (Art. 21.º).
- A protecção das crianças portadoras de deficiências contra a exploração laboral (Art. 32.º).
- A protecção das crianças portadoras de deficiências contra o tráfico de crianças (Art. 35.º).
- A protecção contra outras formas de exploração (Art. 36.º).
- A boa prática em relação às (ou colaborações de) crianças com problemas de saúde mental.
- As crianças portadoras de deficiências e o VIH/SIDA.

As lacunas neste relatório são provavelmente tão importantes como o seu conteúdo.

É provável que existam boas práticas, mas a falta de informação disponível indica que tais iniciativas talvez sejam projectos isolados de pequena escala. É portanto ainda mais necessário partilhar informação e aprendizagens sobre as boas práticas.

A maioria da informação tem a ver com os direitos sociais e económicos. Quando se trata de crianças, especialmente de crianças portadoras de deficiências, tendemos a não pensar nos direitos civis e políticos, e.g., o direito à informação, à integridade pessoal, etc.

O formato

O material foi produzido sob a forma de um livro e de um CD-ROM em inglês.³ O livro debate alguns dos tópicos e questões principais levantados pelos dados, ilustrados com exemplos seleccionados da base de dados. O número atribuído no final de cada citação é o número de identificação do exemplo na base de dados.

Foram recolhidos tantos dados que seria impossível debater completamente todas as questões surgidas. Aqueles que foram publicados reflectem o ponto de vista do Grupo de Trabalho e da Aliança. No sentido de dar aos utilizadores a oportunidade de explorarem com maior profundidade quaisquer questões que lhes interessem, o CD-ROM contém a base de dados completa. É possível aceder a esta através de qualquer PC (mas não dos Mac) com Windows 95 e mais avançado, e pode ser pesquisada segundo palavras-chave, dependendo da área de interesse do utilizador.

³ É possível encomendar cópias do CD-ROM ao Disability Policy Officer, Save the Children UK, tel (0) 20 7703 5400, email n.hodges@scfuk.org.uk

A informação produz conhecimento

Embora o Grupo de Trabalho não defenda que estes dados reflectem com exactidão a imagem dos direitos das crianças portadoras de deficiências no terreno, podemos dizer que reflecte a imagem da informação internacionalmente acessível sobre os direitos das crianças portadoras de deficiências. A pesquisa de dados teve por alvo todas as principais agências internacionalmente conhecidas.

Os dados relacionados com a educação foram de longe mais abundantes do que os dados relacionados com outras questões, por exemplo, com abuso sexual. Embora o direito à educação continue a ser negado à maior parte das crianças portadoras de deficiências, é verdade que existe agora bastante percepção e compreensão, e que estão a ter lugar exemplos de boa prática e de mudança positiva. O contrário é verdade em relação ao abuso sexual das crianças portadoras de deficiências - no geral há uma *negação* de que isto é um problema; a questão é *invisível ou tabu*.

Muitas vezes é verdade que quando um direito particular foi violado durante muitos anos, o primeiro passo no sentido da mudança é chamar a atenção para a situação, para consciencializar as pessoas, para adquirir, analisar e partilhar informação sobre estas violações ao mesmo tempo que se faz campanha pela mudança.

O objectivo destes materiais é encorajar as agências internacionais a, pelo menos, ganharem consciência de alguns dos abusos fundamentais dos direitos das crianças portadoras de deficiências que são presentemente ignorados, começar a descobrir factos e, em particular, procurar exemplos de boa prática, por mais raros que sejam, que sirvam de inspiração.

A Aliança SC não pretende ter todas as respostas e

soluções. Foi este o modo como analisámos a informação que recolhemos. Pode ter ideias diferentes e sugestões quanto a melhoramentos. Veja o capítulo 3 para sugestões sobre o aprofundamento das ideias.

Capítulo I

Do que estamos a falar

Quando dizem crianças portadoras de deficiências, de quem é que estão a falar?

- As crianças portadoras de deficiências incluem aquelas com incapacidades motoras, de fala, visuais, auditivas, de aprendizagem/intelectual, escondidas e múltiplas que são consideradas deficientes ao serem discriminadas e excluídas.
- As crianças com incapacidades moderadas podem ficar severamente deficientes por falta de acesso às suas necessidades e direitos básicos.

Estão então a falar de uma minoria muito pequena, não estão?

De maneira nenhuma. Vejamos os factos:

- As crianças portadoras de deficiências existem em todas as culturas, contextos e sociedades.
- Globalmente, estima-se que existam 120 milhões de crianças portadoras de deficiências.⁴
- Numa comunidade típica com famílias de seis pessoas, uma em cada quatro famílias terá um

Na Rússia, os bebés e crianças abandonados mentalmente saudáveis, mas com deficiências físicas, ficam normalmente confinados a áreas nas instituições estatais conhecidas como ‘salas de repouso’. Eles são preteridos para cirurgia correctivas de condições como seja fenda palatina em virtude do estigma combinado de serem abandonados e serem diagnosticados como ‘oligofrénico’ (atrasado mental). Durante uma visita à sala de repouso de um internato psiconeurológico, HRW reparou num rapaz sorridente, louro, de cinco anos de idade, a caminhar sobre os lados calosos dos seus pés deformados. Perguntámos à enfermeira que estava a brincar com ele qual era o diagnóstico dele. “Oligofrenia” respondeu ela. Mas quando indagámos especificamente sobre os pés dele, ela respondeu, “Bem, é o mesmo, imbetsilnost.” (*Human Rights Watch*, 1998, #62)

⁴ Estimativa dos números das crianças com incapacidades ligeiras, moderadas ou severas. As estatísticas exactas dependem da cultura e do contexto locais (baseado em Helander, 1994).

As crianças não estão fisicamente equipadas para aguentarem longas horas de trabalho cansativo e monótono. Os seus corpos são muito menos resistentes aos efeitos da fadiga e do esforço do que os dos adultos. Muitas delas sofrem já de desnutrição, o que esgota ainda mais a sua capacidade de resistência e torna-as mais vulneráveis à doença. Carregar com pesos pesados e trabalhar em circunstâncias desconfortáveis em fábricas pequenas pode gerar deformidades, especialmente dos ossos. As crianças que trabalham no sector manufactureiro estão mais expostas a acidentes e a riscos profissionais do que os adultos. Possuem menos experiência a manusear instrumentos, cansam-se mais facilmente do que adultos e têm um tempo de atenção mais curto: um descuido de um segundo pode implicar uma deficiência permanente. (*Despouy, 1993, p.19, #111*)

As crianças das famílias mais pobres [no Vietname] sofrem muitas vezes de miséria excessiva e têm mais probabilidade de ficarem expostas a uma violação flagrante dos seus direitos do que as crianças de famílias menos pobres. Estas crianças vêm de famílias onde um ou ambos os pais estão doentes, deficientes, partiram ou morreram. (*Child Workers in Asia & SC Alliance, 1997, p.74 & 79, #93*)

membro deficiente na família,⁵ isto significa que as crianças nestas famílias também podem ser afectadas, seja pela discriminação, pela pobreza, ou de um outro modo.

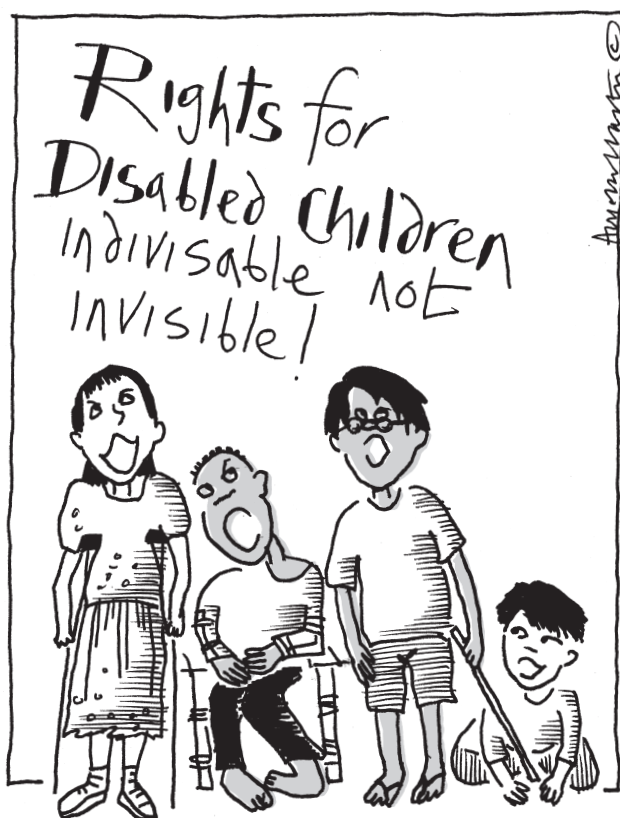
- Nem todas as crianças portadoras de deficiências nasceram com incapacidades. Uma criança pode

Pesticidas: Todos os anos são feitos comentários e relatórios sobre os perigos dos agroquímicos utilizados, especialmente no cultivo de fruta e na silvicultura. Entre os químicos estão os chamados ‘dúzia imunda’ - que são ilegais em pelo menos 25 países. Não o são no Chile.

No Chile, 52 por cento dos 250.000 trabalhadores rurais sazonais são mulheres. Foi levada a cabo uma análise ... durante dois períodos: 1975-1977, e 1988-1990. De um total de 10.000 nados vivos, observaram-se 30 deformidades de vulto no primeiro período, aumentando para 90 no segundo.

De acordo com este estudo, as deformações de membros aumentaram de 3 para 17 enquanto que as deformidades múltiplas aumentaram de 10 para 36. As crianças nascidas com anencefalia aumentaram de 9 para 16; a hidrocefalia de 1 para 8; com ânus fechados de 1 para 4; lábio leporino juntamente com fenda palatina de 4 para 10... A taxa de intoxicação aumenta grandemente em Dezembro e Janeiro, o período em que o emprego dos pesticidas na agricultura está no seu ponto alto. (*PIDEE Chile-CEDIAL, 1998, #482*)

⁵ Baseado num cálculo de que pelo menos 4 por cento da população nos países mais pobres terá incapacidade moderada ou severa (Helander 1994)



Muitos com deficiências sofrem de ostracismo na Coreia do Sul, onde a influência confucionista ensina a reverência pelas linhas sanguíneas e as pessoas estão muito conscientes do que os outros pensam delas. Porque um bebê nascido com defeitos físicos ou mentais é considerado um sinal de sangue manchado, as pessoas muitas vezes tentam esconder a criança. Muitos pais preferem enviar estas crianças para abrigos em vez de cuidarem delas em casa, e alguns abandonam miúdos enfermos defronte de instituições estatais. (Seok, 2000, #436)

Direitos para as Crianças portadoras de deficiências
Indivisíveis não invisíveis!

ficar deficiente a qualquer momento. As violações dos direitos das crianças podem resultar em incapacidades, e.g., o ambiente insalubre, as práticas de saúde nocivas, as formas extremas de trabalho.

Onde estão então todas estas crianças portadoras de deficiências? Devem ser invisíveis!

Aí está uma boa questão. E tem razão sobre o facto das crianças portadoras de deficiências serem invisíveis. Quando o Grupo de Trabalho começou a recolher dados, a impressão mais surpreendente que emergiu foi a da invisibilidade das crianças portadoras de deficiências. Há várias razões para isto:

- A crença de que a necessidade prioritária para todas as crianças portadoras de deficiências é o tratamento especializado ou a terapia.

Num capítulo sintetizando os avanços da Convenção durante os últimos dez anos, Bill Bell descreve o progresso realizado tanto na compreensão como na aplicação da Convenção. Há um número de desafios que ainda não foram encarados. Entre os que são delineados está o desafio de: "... como chegar àquelas crianças que se encontram mais excluídas dos seus direitos. O princípio da não discriminação precisa de ser aplicado com muito mais eficácia para assegurar que é dada às raparigas, às minorias étnicas, aos deficientes, às crianças que vivem em pobreza extrema, aos que vivem na rua e dentro das instituições e a outros em situações semelhantes de exclusão, a oportunidade de gozarem dos direitos que lhes pertencem." (Bell, 2000, #567)

Na Conferência Regional da Ásia e Pacífico Educação Para Todos (EPT), teve lugar uma mesa redonda para discutir a inserção das crianças portadoras de deficiências. Foi emitida uma declaração: A Mesa Redonda reconheceu a omissão significativa dos grupos sociais desfavorecidos da acção da EPT na região asiática e do Pacífico... Apenas uma em 50 crianças com deficiências teve acesso à educação. Os obstáculos à inclusão na EPT foram ao nível das atitudes, da informação e físicos. Mesmo a Avaliação de 2000 da EPT não incluía pessoas com necessidades especiais. (UNESCO, 2000, #555)

- As crenças e as superstições tradicionais que levam à vergonha das famílias.
- A falta de apoio às famílias seja em termos de informação e de aptidões, ou de compreensão.
- As tradições de segregação e internamento.

As crianças portadoras de deficiências estão escondidas

Pelo mundo fora, as crianças portadoras de deficiências são escondidas, quer seja pela família em casa, quer em escolas especiais segregadas, ou em internatos residenciais. Muitos países mantêm uma longa tradição de internamento das crianças portadoras de deficiências.

As crianças portadoras de deficiências são ignoradas nos relatórios e estatísticas

Até recentemente, era difícil encontrar qualquer informação sobre as crianças portadoras de deficiências entre a informação geral sobre crianças. A literatura geral das ONGs sobre os direitos da criança raramente menciona as crianças portadoras de deficiências.

Os estudos e as análises da situação são frequentemente levados a cabo antes de se implementar um projecto ou programa. Os dados estão muitas vezes fraccionados - discriminados - para mostrarem, por exemplo, os números de raparigas e rapazes, crianças em idade pré-escolar ou em idade escolar, mas raramente indicam os números de crianças portadoras de deficiências.

O que querem dizer com direitos humanos?

Todos nós temos direitos humanos.⁶ Eles são as declarações básicas de princípio que definem o modo como as pessoas se devem comportar umas com as outras numa sociedade. Existem diferentes tipos de direitos:

- Os direitos sociais, económicos e culturais - que conferem aos governos o dever de proverem a subsistência dos indivíduos na sociedade, por exemplo, através dos cuidados de saúde ou da habitação.
- Os direitos civis e políticos - que limitam o poder do governo de interferir na liberdade dos indivíduos - por exemplo, o direito de liberdade religiosa significa que o governo não o pode impedir de praticar a sua religião.

Também temos direitos que dizem respeito ao modo como esperamos que os membros da sociedade se comportem uns com os outros. Por exemplo, as mulheres têm direito a ser protegidas contra os maridos violentos, e os empregados têm direitos a não ser despedidos injustamente de um emprego pelo seu empregador.

Toda a gente, incluindo as crianças, tem direitos porque são seres humanos. Estes direitos foram criados a um nível internacional, por exemplo, pelas Nações Unidas. Alguns direitos existem por causa das leis introduzidas pelo parlamento; estes direitos são por vezes baseados em acordos internacionais.

Os países diferem quanto ao modo como respeitam os direitos humanos mas em todos os países existem alguns direitos que não são inteiramente respeitados.

Antes das intervenções, os chamados perfis do refugiado - que descrevem as pessoas nos campos de refugiados - são normalmente processados pela ONU e por grandes ONGs. Na bibliografia parece haver um consenso sobre a importância de tais perfis. Contudo, as crianças com deficiência são frequentemente omitidas. As estatísticas recolhidas raramente incluem referências a estas crianças. (Ahlen, 1997, #82)

⁶ Adoptado de Miller (1999) All Right at Home?

O que é a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança?

Em 1989, a Assembleia-geral das Nações Unidas concordou numa lista de direitos que deviam ser respeitados para todas as crianças. Estes direitos foram coligidos num documento chamado Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Esta Convenção foi assinada - ratificada - por 191 países - todos os países no mundo excepto os Estados Unidos e a Somália. Isto significa que países de todas as religiões e culturas concordaram em respeitar os direitos humanos das crianças, e em agir para assegurar que estes são respeitados para todas as crianças nos seus países.

Todas as crianças têm os mesmos direitos no mundo inteiro, seja qual for a sua raça, religião, cultura ou deficiência, e sejam quais forem as suas circunstâncias pessoais ou familiares.

Estes direitos só podem ser promulgados através de mudanças políticas. Infelizmente, nem todos os 191 governos que ratificaram a Convenção se estão a esforçar por cumprirem os seus objectivos. As crianças são frequentemente vítimas de decisões políticas, de rupturas familiares, de políticas económicas míopes, de guerras e de conflitos.

Qual é a diferença entre os direitos e as necessidades das crianças?

Todos os direitos das crianças reflectem as necessidades básicas das crianças. A diferença essencial entre as necessidades e os direitos é a questão da *responsabilidade*.

Uma abordagem baseada nas necessidades não nomeia ninguém com a responsabilidade ou o dever de satisfazer essas necessidades. Uma abordagem centrada nos direitos significa que há uma obrigação por parte dos Governos de garantirem os direitos da criança.

Por outras palavras, as necessidades - ao contrário dos

direitos - não geram nenhuma reivindicação válida para que alguém as satisfaça. A satisfação das necessidades, em vez de ser um dever ou uma obrigação, torna-se uma actuação benevolente e caritativa. Pessoas que já são vulneráveis, tornam-se dependentes da boa-vontade dos mais poderosos.

Enquanto as necessidades se centram na dependência e vulnerabilidade das crianças, os direitos centram-se nas energias das crianças, e na sua capacidade para exercerem um papel activo na concretização dos seus direitos.

Uma abordagem assente na avaliação das necessidades de uma criança individual implica que para as crianças portadoras de deficiências, o ónus recai constantemente na criança e nos seus protectores para provar que ele ou ela ‘precisa’ ou ‘merece’ aquilo que outras crianças recebem por direito próprio.

O que é que a Convenção sobre os Direitos da Criança tem a ver com as crianças portadoras de deficiências?

Todos os Artigos da Convenção se aplicam igualmente às crianças portadoras de deficiências. Uma criança portadora de deficiências é primeiramente e antes de tudo uma criança, por isso, sempre que se menciona uma ‘criança’, isso inclui a criança portadora de deficiências.

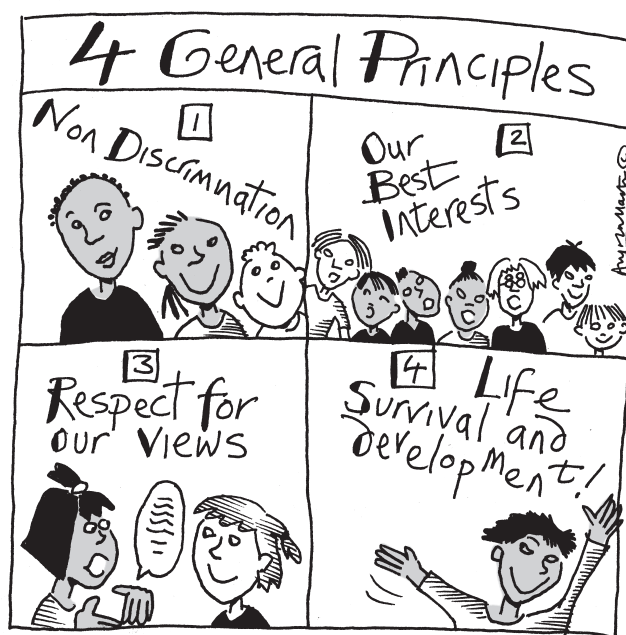
Os direitos não podem ser implementados separadamente uns dos outros. Para citar o Comité que controla a Convenção: “Todos os direitos são indivisíveis e estão correlacionados, sendo todos eles inerentes à dignidade humana da criança. A aplicação de cada artigo disposto na Convenção deve portanto levar em conta a aplicação de (e o respeito por) muitos outros direitos da criança.” (*Citação de UNICEF, 1999, p.7*)

Encontrar uma saída para uma criança específica num sistema [de ensino] tão compartimentado depende de chegar a um entendimento com [cada] escola, autoridade local ou com a comissão jurídica para as necessidades especiais. Lamentavelmente, o entendimento a que frequentemente se chega é que [essa] criança específica é ‘suficientemente boa’ ou ‘suficientemente capaz’ para se adaptar [à escola normal]. Isto não promove em nada a inclusão ou afirmar os direitos de todas as crianças, porque se trata de um argumento específico e um argumento destes, independentemente do seu valor, não pode ser generalizado, dada a legislação educativa existente. (*Kenworthy & Whittaker, 2000, #575*)

O internamento em instituições, separadas das suas próprias comunidades, tem continuado a ser uma parte central do tratamento das crianças portadoras de deficiências, em particular para aquelas com deficiência mental ou severa. Não foram tomadas as medidas adequadas para assegurar o respeito pelas opiniões da criança no processo de internamento e na revisão periódica do internamento. (*Federation of Japan, 1997, #55*)

4 Princípios Gerais

1. A Não Discriminação
2. O Nosso Interesse Superior
3. Respeito pelas nossas opiniões
4. A Vida, a Sobrevivência e o Desenvolvimento!



Tantos Artigos

A coisa principal a recordar é que entre os Artigos da Convenção há quatro Princípios Gerais:

- A não discriminação (Art. 2.º)
- O interesse superior da criança (Art. 3.º)
- A sobrevivência e o desenvolvimento (Art. 6.º)
- O respeito pelas opiniões da criança (Art. 12.º)

Estes princípios sustentam todos os Artigos da Convenção. Para a criança portadora de deficiências, o princípio da não discriminação é crucial e reforça o facto de que todos os Artigos se aplicam à criança portadora de deficiências.

Por exemplo, todas as crianças têm direito a não serem separadas dos seus pais contra a sua vontade (Art. 9.º). Isto aplica-se igualmente às crianças portadoras de deficiências. Portanto, quando uma criança portadora de deficiências é tirada à família e colocada numa instituição à nascença somente por motivo de incapacidade, i.e., é tratada de modo diferente das outras crianças, isto é discriminação e uma violação do Artigo 9.º.



Por que é que chegaste outra vez tarde à escola?
Quem é que precisa de educação por aqui?

O que é a discriminação?

Vamos lá esclarecer o que queremos dizer. Algumas formas de discriminação são mais fáceis de identificar do que outras.

A discriminação directa é a mais óbvia, i.e., quando uma criança portadora de deficiência é tratada como inferior às crianças não deficientes, é perseguida, excluída, confinada ou esquecida por causa da sua incapacidade.

- Isto pode ser devido à legislação ou políticas.
- Ou ao modo como o ambiente ou as instituições estão organizados.
- Ou por causa do comportamento das pessoas, sejam profissionais, vizinhos ou membros da família.

A discriminação indirecta é menos óbvia, mas pode ser igualmente prejudicial. Caracteriza-se frequentemente pela inacção ou negligência, quer ao nível do governo

Na Áustria, “as crianças e jovens com necessidades especiais a frequentar as escolas normais têm direito a 8 anos de ensino (há uma proposta para 9 anos), os alunos nas escolas especiais a 11 anos e os alunos regulares a 16 anos (incluindo três possibilidades de repetirem).” (*National NGO Coalition, 1998, #49*)

O castigo corporal tem mais probabilidades de ocorrer com as crianças portadoras de deficiências. Os professores e enfermeiros aplicam castigos corporais, por vezes sem qualquer consideração especial, às vezes com a crença profissional de que o castigo corporal é necessário para levarem a criança a ultrapassar a sua deficiência. Muitos casos destes não são revelados. Mesmo em processos jurídicos, as autoridades administrativas e judiciais assumem uma postura discriminatória contra a criança portadora de deficiências. (*Federation of Japan, 1997, #54*)

O pior de tudo é a situação difícil da menina que é invisual ou parcialmente invisual. Em comparação com as mulheres em geral e os homens invisuais em particular as hipóteses dela são muito mais desoladoras. Na maioria dos países do Sul da Ásia, no interior das infra-estruturas disponíveis para os invisuais, há um sinal claro de preconceito em termos de género, contrária às mulheres e às meninas. Na Índia, por exemplo, há uma taxa de 54 por cento de mulheres e 46 por cento de homens com cegueira. A taxa mais elevada de cegueira entre as mulheres não resultou num maior acesso aos serviços. Há muito menos escolas para as raparigas invisuais ou com incapacidades visuais. Em Nova Deli, das dez escolas de estudantes invisuais, uma é para raparigas invisuais e a outra é mista. Cerca de 10 por cento das crianças invisuais na Ásia têm acesso à educação. Continua a desconhecer-se qual é a proporção de raparigas entre estas. Uma grande proporção de raparigas invisuais no Sul da Ásia permanece analfabeta, enquanto que o índice geral de alfabetização entre as mulheres aumentou consideravelmente em todos os países do Sul da Ásia. Já que a grande maioria da população invisual vive nas áreas rurais, a sua educação torna-se ainda mais difícil. Em geral, as raparigas nas áreas rurais mais pobres continuam a não ir à escola já que têm de ajudar a cuidar dos irmãos mais novos. Por vezes a sua saúde fraca também leva a altas taxas de abandono escolar. Na altura em que as raparigas nas aldeias atingem a puberdade, são ainda mais desencorajadas de frequentar a escola. A intervenção internacional e os programas nacionais têm promovido a educação das

nacional, quer ao nível da comunidade. Por exemplo:

- *Ausência de legislação e política*, como na Suazilândia, onde diversos representantes das organizações de pessoas deficientes (OPDs) realçam a falta de políticas sobre questões de deficiência e de serviços para pessoas deficientes.⁷ De igual modo, não ter legislação que previna *activamente* o internamento das crianças portadoras de deficiências à nascença é simultaneamente discriminação indirecta e uma violação do Artigo 9.º.
- *A não aplicação*: quando as leis e as políticas existem no papel mas não são postas em prática, seja qual for a razão.

A discriminação múltipla

- As crianças portadoras de deficiências não são um grupo separado, estando antes presente entre todos os outros grupos de crianças marginalizadas e discriminadas. As crianças refugiadas deficientes, as crianças de rua portadoras de deficiências e que trabalham, as raparigas deficientes e as crianças portadoras de deficiências das comunidades étnicas minoritárias são muitas vezes duplamente discriminadas.

raparigas, mas estes esforços não chegaram às raparigas invisuais. O aumento considerável do orçamento para a educação nos países asiáticos ignorou a inclusão das raparigas invisuais e com outras deficiências. (Mohit, 1997, #122)

⁷ Todas as citações da Suazilândia foram recolhidas pela SC da Suazilândia.

- A informação sobre crianças portadoras de deficiências entre os grupos acima mencionados era escassa. Há a tendência para nos iludirmos a nós próprios que, lá por não termos informação sobre uma questão, esta não existe.
- Ao serem duplamente marginalizadas, estas crianças muitas vezes ‘andam aos caídos’. As iniciativas destinadas às crianças portadoras de deficiências podem frequentemente beneficiar sobretudo os rapazes deficientes, por exemplo, enquanto que as iniciativas destinadas às raparigas ignoram muitas vezes as raparigas deficientes.
- O ser-se rapariga, só por si, pode ser uma causa de incapacidade. As práticas tradicionais nocivas, como seja a mutilação genital feminina, são uma causa importante de incapacidade entre as raparigas em países onde estas são praticadas.

Os dados do recenseamento no Nepal indicam que a distribuição dos indivíduos com deficiências nos ‘membros inferiores’ é de 12 por cento nos homens, comparada com 5.9 por cento nas mulheres. Já que quase todas as deficiências nos membros inferiores nesta população se devem à pólio, que afecta os homens e as mulheres em números iguais, o desequilíbrio na distribuição dos géneros reflecte taxas de mortalidade mais elevadas entre as mulheres sobreviventes e não uma incidência mais elevada da pólio entre os homens. ... Uma rapariga ou mulher com deficiência tem muito menos probabilidades de receber os cuidados de reabilitação adequados do que um homem com uma deficiência da mesma idade e origem. Em muitos lugares, onde os serviços de reabilitação foram estabelecidos no seguimento de uma guerra regional ou civil, os serviços estão restringidos especificamente aos veteranos masculinos, mesmo se os conflitos e as minas anti-pessoais são particularmente mortíferas para as raparigas e mulheres que apanham lenha, que vão à água e cultivam os campos. (Groce, 1997, p.2, #423)

Observaram-se atitudes particularmente negativas em relação a crianças com deficiência de aprendizagem ou epilepsia, embora aquelas com incapacidades visuais e deficiências físicas sejam vistas de modo mais positivo. Quase 69 por cento das crianças com dificuldades de aprendizagem não recebiam educação formal, sendo sabido que as escolas locais se recusam a admiti-los. As crianças com epilepsia suportam um sofrimento ainda maior já que a tradição local sustenta que tocar no dedo do pé, expor-se à saliva durante um ataque ou manusear a urina de alguém com epilepsia leva os outros a adquirirem-na. Estas crenças eram igualmente comuns entre os professores, que procuram então dissuadir a criança de prosseguir a sua educação, aliás, 80 por cento das crianças do estudo não frequentavam a escola. (*Action on Disability & Development, 1999, #8*)

As hierarquias da incapacidade

- Alguns tipos de incapacidade são menos compreendidos, e por conseguinte podem ser objecto de maior discriminação. Uma criança com uma incapacidade física resultante da pólio pode ser aceite e integrada pela comunidade, enquanto que uma criança com paralisia cerebral ou epilepsia, sobre as quais há menos informação e portanto mais incompreensão, continua a ter mais probabilidades de ficar escondida em casa.

Nós não discriminamos - tratamos todas as crianças do mesmo modo

Infelizmente não é tão simples quanto isso.

A não discriminação implica que se tem direitos iguais, mas isto é frequentemente mal interpretado de modo a implicar *tratamento igual*. Uma definição de discriminação indirecta é 'tratamento idêntico que tem um efeito desfavorável sobre as pessoas deficientes' (DPI-EU Committee, 1998, #569).

Vejamos mais de perto como é que isto pode acontecer.

A não discriminação significa frequentemente que uma criança portadora de deficiência deve gozar dos mesmos direitos que uma criança não deficiente, e.g., a família deve olhar por ela, receber abrigo, alimento e roupa, ir à escola, etc.

Por outro lado, a não discriminação muitas vezes implica que talvez seja preciso um *tratamento diferente*.

Por exemplo, uma lei de ensino que declare que as escolas gerais estão abertas a todas as crianças pode parecer não discriminatória. Na realidade, no entanto, as crianças portadoras de deficiências podem continuar impossibilitadas de frequentar a escola, porque não foi feito nada para tornar a educação mais acessível: o

currículo pode continuar a ser demasiado rígido, os edifícios podem continuar a ter demasiados degraus, e podem continuar a faltar aptidões e sensibilidade aos professores.

Logo, para serem verdadeiramente não discriminatórias, são precisas linhas de orientação e recursos para assegurar que o tratamento diferente se encontra disponível para as crianças portadoras de deficiências dependendo das suas necessidades.

O Thabo da Suazilândia descreve como se esperava que ele se saísse tão bem como as outras crianças não deficientes: “Sou um deficiente físico com 17 anos de idade... costumava ficar em casa de familiares para estar mais perto da escola, porque a minha casa ainda fica mais longe. O problema era que, no entanto, o domicílio ainda ficava muito longe da escola e as outras crianças chegavam antes de mim. Eu chegava tarde a casa e às vezes tinha de ir tirar água ao poço mesmo depois de escurecer. Eu costumava ser discriminado entre as outras crianças. Costumavam dizer ‘Ngitiphetse’ (‘Sou senhor de mim próprio’), porque eu tinha a minha hora própria de chegar a casa.” (SC Suazilândia, 1999, #162)

Azra Begtasagovic, fisioterapeuta: “Quando eu tinha nove anos extraíram-me um tumor cerebral e depois disso tive problemas nos olhos. Antes da operação eu era um dos miúdos mais espertos de uma escola normal, e foi graças ao meu professor que pude regressar de seguida à minha escola. ... os meus amigos aceitaram a minha incapacidade. ... acabei a escola preparatória sem problemas, mas a seguir, na escola secundária, houve um professor que não me ajudava: o professor de matemática não deixava que o meu amigo da carteira ao lado me lesse o que estava escrito no quadro. Ele expulsou-me da aula e disse-me que fosse para o hospital, onde eu pertencia. Não pude permanecer na escola depois disso e enviaram-me para uma escola especial em Belgrado. ... A minha opinião é que eu era exactamente como qualquer outra criança - era o professor de matemática que precisava de educação. Os professores precisam de aprender a ser flexíveis quanto aos seus métodos...” (Hastie, 1997, #118)

Uma carta enviada por uma OPD na Gambia afirma claramente: as crianças severamente deficientes “não sobrevivem à infância ... A falta de estruturas de reabilitação em conjunto com o medo da difícil responsabilidade de criar e educar um inválido... tem como resultado a negligência e a eventual morte destas crianças.” (GADHOH, 1999, #6)

O Saaïd tem dez anos e vem de uma família pobre de um subúrbio de Marraquexe. Ele tem uma condição muscular que lhe deixou os braços e as pernas fracos e que limita a sua capacidade de se mover. Não há nada que o Saaïd gostasse mais do que tomar parte nos jogos das outras crianças da vizinhança e ajudar a sua família, como os seus outros irmãos e irmãs. “Gostava de jogar futebol fora de casa mas os outros não me deixam jogar com eles. Dizem que me vou magoar e muitas vezes os meus pais concordam. Até sou impedido de fazer actividades normais dentro de casa que eu sei que sou capaz de fazer. Uma vez numa festa em nossa casa, eu tinha a certeza que conseguia servir as bebidas aos convidados. Mas a filha da minha tia impediu-me. Ela disse-me que eu era doente e que pessoas como eu não podiam fazer coisas dessas.” Em virtude das atitudes familiares e comunitárias face à deficiência dele, o Saaïd sente que tem sido excluído de outras actividades sociais apreciadas pelos seus pares não deficientes. Mesmo se ele for ‘desajeitado’ e não conseguir fazer as coisas ‘como deve de ser’, ele acredita que é importante que lhe seja permitido tentar, não só para ganhar autoconfiança, mas

Estão a dizer que as crianças portadoras de deficiências têm direitos especiais?

Não, as crianças portadoras de deficiências têm os mesmos direitos que todas as crianças.

- Todas as crianças têm os mesmos direitos, mas elas podem ter necessidades diferentes dependendo de quem elas são e das suas circunstâncias particulares.
- Do mesmo modo, uma criança portadora de deficiências pode *precisar de algo diferente* para ter *acesso à sua igualdade de direitos*. Por exemplo, para ter acesso ao seu direito igual à educação, uma criança com uma incapacidade visual pode precisar de materiais em Braille, ou de utilizar um ampliador, ou de ter um colega de turma que lhe leia alto, ou de se sentar à frente na aula, dependendo das suas necessidades e circunstâncias.

Então e os outros princípios gerais - a Sobrevivência e o Desenvolvimento?

Uma criança portadora de deficiências tem muito menos possibilidades de sobreviver do que uma criança não deficiente, porque:

- a opinião de que é melhor deixar morrer uma criança com uma incapacidade ainda é muito comum
- os cuidados de saúde inadequados, e a falta de conhecimento sobre os cuidados necessários das crianças portadoras de deficiências

também para encorajar as outras pessoas a aceitarem-no pelo que ele é. (SC do RU Marrocos, 1995, #106)

- as oportunidades para o desenvolvimento são negadas às crianças portadoras de deficiências.

Então e o ‘Melhor interesse da criança’?

- Comportamentos relativos às crianças portadoras de deficiências que seriam considerados inaceitáveis no caso de crianças não deficientes são frequentemente justificados como sendo no ‘interesse superior’ da criança. Por exemplo, as crianças podem ser enviadas para instituições residenciais longe das suas famílias, ou sujeitas a tratamento árduo, e por vezes doloroso, ‘para seu próprio bem’.
- Quem decide o que é o interesse superior da criança? Para a maioria das crianças, os pais são os principais decisores. No caso da criança portadora de deficiências, contudo, a opinião de qualquer número de peritos pode ter um peso igual, se não mesmo superior, à opinião da criança ou dos pais.
- Embora a Convenção não defina claramente ‘interesse superior’, um ponto de partida razoável seria que ‘o que é no interesse superior da criança é a soma total das normas na Convenção.’ (*SC da Suécia & UNICEF, 2000, #570*)
- Um ponto fundamental do processo de assegurar o interesse superior da criança é escutar as opiniões da mesma.

Artigo 3.º pode ser utilizado para combater a utilização do princípio do interesse superior para justificar leis, políticas ou práticas que discriminem grupos específicos de crianças. Por exemplo, as escolas separadas para as crianças portadoras de deficiências são amplamente defendidas com base na ideia que são no interesse superior das respectivas crianças, e de acordo com o conceito de acção afirmativa. Contudo, para que se considere o que é no interesse superior da criança, é necessário considerar o seu impacto sobre o exercício de outros direitos. O direito a uma vida familiar pode ser afectado se a criança tiver de viver numa escola longe de casa. O direito de participação pode ser negado se as crianças forem excluídas das actividades normais apreciadas por outras crianças. O direito a realizar o seu potencial pode ser negado numa escola especial que não ofereça a totalidade das oportunidades escolares. Certamente que o direito ao maior grau de integração social possível, exigido pelo Artigo 23.º, tem probabilidades de ser afectado se a criança estiver numa escola especial. Por outras palavras, o Artigo 3.º ressalva que não chega apenas declarar que a discriminação é aceitável porque é no interesse superior da criança - é necessário demonstrar como é que promove o seu interesse superior ao fortalecer e proteger os seus direitos. (*Aliança Internacional SC, 2000, #571*)

Em qualquer avaliação do que é melhor para a criança, é essencial que seja permitido à própria criança expressar uma opinião e que essa opinião seja considerada com seriedade. (*SC da Suécia & UNICEF S Asia, 2000, #570*)

A maior parte da orientação e da legislação na Escócia que cobre os direitos das crianças portadoras de deficiências e o seu direito a serem ouvidas, e que as suas opiniões sejam tidas em conta, encontra-se também protegida por uma cláusula especial de que as crianças têm de demonstrar competência. Na nossa experiência, a competência é negada a muitas crianças portadoras de deficiências em diferentes cenários quotidianos por uma variedade de adultos... Como nos contou uma ajudante: “Elas acham que é muito difícil decidirem-se. Temos de lhes dizer o que elas querem fazer, ajudá-las a decidirem.” Viemos a saber em breve que muito frequentemente é negada às crianças qualquer actividade, não porque fossem incapazes de escolherem, mas simplesmente porque a sua capacidade de escolha passou despercebida. (Davis & Watson, 2000, #556)

Uma investigação recente no RU sobre o que as crianças pensam da sua educação dirigida tanto às crianças portadoras de deficiências como às não deficientes. ‘Uma mulher jovem [numa escola normal] que utiliza comunicação assistida passou a maior parte das suas aulas com um Monitor de Apoio à Aprendizagem e descreve o isolamento por que passou como “horrível”. Era “desolador” ter aulas em regime individual e o seu desejo mais forte era “... ir [para as aulas] com os outros miúdos.”

Quando lhe perguntaram se havia alguma coisa que ela não gostava nos Monitores de Apoio à Aprendizagem ela comentou: “Eles não ouvem.”

Empregado do projecto: “Não te

A participação - o direito da criança a ser ouvida?

É um direito fundamental de todas as crianças que a sua voz seja ouvida em questões que as afectem (Art.12.º). Trata-se de um aspecto vital da socialização de uma criança e é fundamental para que a criança compreenda o seu papel e responsabilidades no processo democrático. Escutar a criança é a base da protecção da criança e é um modo de assegurar que o interesse superior da criança permanece em primeiro plano.

De acordo com o Artigo 12.º, o direito de uma criança a ser ouvida depende da sua capacidade de formar uma opinião. Até que ponto essas opiniões serão seguidamente respeitadas depende da ‘idade e maturidade da criança’. Assume-se comumente que as crianças em geral, e as crianças portadoras de deficiências em particular, são dependentes, vulneráveis e a precisar de ‘protecção’, em vez de serem competentes para escolherem e de serem participantes activas nas tomadas de decisão. Por conseguinte, até poderem provar o contrário, os adultos - quer sejam pais, professores, etc - assumem que precisam de tomar

ouvem a ti? Achas que ouvem as outras?”

“Sim.”

Empregado do projecto: “Achas que eles não ouvem porque tu não falas?”

“Sim.”

Empregado do projecto: “O que achas que os podia ajudar a ouvirem-te? Alguma ideia?”

“Para não pensarem que sou uma bebé.” (Rapariga no 7º ano)
(Wilson & Jade, 1999, #495)

decisões em nome delas.

- A questão de participação das crianças está-se a ser crescentemente considerada na política e na prática de muitas ONGs pelo mundo inteiro, mas só agora é que as crianças portadoras de deficiências começam a ser incluídas.
- As crianças portadoras de deficiências com dificuldades de comunicação, seja por que razão for, estão entre as mais isoladas, tidas como incapazes de aprender, especialmente onde o ensino acarreta muita repetição verbal.
- É frequentemente negado o direito de participação às crianças surdas.

Exemplos numerosos fornecem provas óbvias do abuso que as crianças portadoras de deficiências sofrem quando são subestimadas e não são escutadas.

A Natasha, tem 12 anos, é de origem caribenha, tem deficiências de aprendizagem e de comunicação, e frequentava uma escola de necessidades especiais. A mãe dela, a Maureen, suspeitou que a Natasha estava a ser vítima de abusos sexuais. A Maureen ficou apreensiva quando começou a reparar nas mudanças drásticas no comportamento da sua filha que indiciava sofrimento emocional - manifestava irritação, chorava frequentemente e masturbava-se constantemente. A mãe expôs as suas preocupações à escola, aos serviços sociais e finalmente à polícia, mas o comportamento foi atribuído às deficiências da Natasha e a não se prosseguiu com a investigação do problema. A atitude da mãe da Natasha foi descrita como obsessiva, excessivamente ansiosa... Já desesperada, ela levou a Natasha a um hospital e ameaçou deixá-la lá até que ela fosse examinada. Descobriu-se que a Natasha tinha um corrimento vaginal, o seu hímen estava danificado e que havia cicatrizes no seu hímen que tinham pelos dois anos. A mãe da Natasha levou quase dois anos de persistência até os profissionais concordarem em proceder a um exame médico. Ali estava uma criança a emitir os sinais mais intensos que indicam um possível abuso sexual, mas os profissionais de serviço não acreditaram nela, nem a apoiaram. (Bernard, 1999, #398)

O Niki começou a frequentar uma escola especial dois dias por semana. A mãe dele relembra a reacção do filho: “O Niki começou a falar cada vez menos, já não sorria tanto e quando se ria era um som nervoso e agudo que parecia vir de outro lugar... Então um dia fui buscá-lo e ele estava muito constrangido, assustado mesmo. O que não é de todo o nosso Niki, bem pelo menos como ele costumava ser. Ele estava imóvel, rígido, não conseguia falar, não conseguia emitir um som... Tirei-lhe o uniforme escolar e ele estava coberto de nódoas negras e arranhões pelas coxas acima e abaixo, pareciam marcas de unhas, roxas e negras. Ele deve ter tido imensas dores... tirámos o Niki da escola logo no dia seguinte.” (Brandon, 1997, #553)

No Vietname, para se calcular a taxa de frequência escolar, as crianças portadoras de deficiências, juntamente com crianças não matriculadas e migrantes, são primeiramente subtraídas do total das crianças em idade de frequentarem a escola primária. (Bond, 1998, #187)

Estima-se que só 1 por cento das crianças surdas frequentem a escola em Moçambique. De acordo com o pessoal de reabilitação com base na comunidade (RBC), a maior parte das crianças surdas não são identificadas até chegarem à idade escolar e não terem aprendido a falar. A escola tende a mandá-los para casa por causa da sua incapacidade de falar, mas não são remetidas para as autoridades educacionais e de saúde e por isso não ficam registadas em lado nenhum como estando fora da escola. (Lehtomaki, 1999, #343)

Assume-se frequentemente que o respeitar das opiniões das crianças e o encorajar da participação das crianças significa que cabe à criança tomar todas as decisões. Não é necessariamente este o caso; o tipo e o nível de participação dependerão de uma variedade de factores. Pode surgir uma tensão, no entanto, entre os direitos e deveres dos pais de orientarem as suas crianças de acordo com o desenvolvimento das suas capacidades (Art. 5.º) e o direito das crianças a que as suas opiniões sejam escutadas (Art.12.º).

No entanto, um olhar rápido pelos muitos exemplos de violações chega para mostrar que os adultos nem sempre actuam no interesse superior das crianças.

O projecto recolheu numerosos exemplos de como as crianças portadoras de deficiências são capazes de transmitir as suas opiniões e sentimentos. Há muito menos exemplos de como os adultos estão dispostos a escutar, a observar e agir a partir dessas opiniões.

Os princípios gerais e outros Artigos da Convenção - o exemplo do direito à educação

O direito à educação não pode ser implementado separadamente dos outros direitos. O princípio da indivisibilidade, e os quatro princípios orientadores têm de ser aplicados.

A discriminação na educação pode existir em leis e políticas de ensino, no modo como o sistema de ensino e as escolas funcionam (práticas organizacionais), ou no comportamento dos profissionais e das comunidades. O resultado é que as crianças portadoras de deficiências muitas vezes só são toleradas se conseguirem adaptar-se, ou são segregadas, ou - mais frequentemente - é-lhes negado o acesso ao ensino.

Primeiramente alguns factos:

- 98 por cento das crianças portadoras de deficiências em muitos países não tem acesso à educação.
- Para uma criança portadora de deficiências, a educação pode ser literalmente vital para sua vida, mais ainda do que para uma criança não deficiente.
- A inacessibilidade do sistema de ensino - currículos antiquados, critérios de avaliação rígidos, professores com formação insuficiente, falta de recursos, edifícios inacessíveis – talvez tenha mais impacto do que as limitações por parte da criança.

Países tão diversos como o Japão, a Argentina, e muitos países do ex-bloco soviético utilizam critérios de diagnóstico para determinar se uma criança tem ou não direito à educação, e se for esse o caso, a que tipo de ensino. Frequentemente é a incapacidade que determina o tipo de escola que a criança irá eventualmente frequentar. As opiniões dos pais e da criança, e as capacidades e necessidades efectivas da criança são repetidamente ignoradas.

Isto é uma violação directa do direito a uma educação apropriada às aptidões da criança (Art. 29.º), e do respeito pelas responsabilidades e direitos dos pais (Art. 5.º), para já não falar dos princípios da não discriminação e do interesse superior da criança.

Recebemos algumas histórias que pretendiam claramente servir de exemplos de boa prática, mas que ao aplicarmos os critérios dos quatro princípios orientadores, continuam a não poder ser descritos como tal.

Algumas relatam crianças portadoras de deficiências a serem envidas para uma escola especial, a qual poderá até satisfazer o direito da criança à educação, mas que ao mesmo tempo viola claramente o seu

Um estudo da UNESCO demonstra que:

- dos 65 países que proporcionaram informação, 34 [mais de 50 por cento] referem que as crianças portadoras de deficiências são excluídas do ensino
- 18 referem que elas são excluídas por lei do sistema de ensino público
- 10 países não referem qualquer legislação sobre o ensino para crianças portadoras de deficiências
- nalguns países menos do que 1 por cento das crianças portadoras de deficiências recebe educação.

(ONU Assembleia Geral, 1996, p.26. #95)

No Zimbabué, um estudo de duas comunidades pobres mostra que os serviços de saúde e educação para a população em geral são inadequados. Embora umas quantas crianças portadoras de deficiências frequentem a escola, os professores não possuem qualificações para os ajudarem muito mais. É negada a estas crianças não só a educação, como também a oportunidade de se integrarem na sociedade. (SC do RU, 1999b, #44)

“Não sei como vai ser o futuro porque não vou à escola. Para eu arranjar emprego, tenho de ter educação e passar nos meus exames, para assim poder casar depois de ter trabalhado. Mendigar o tempo todo não nos leva a lado nenhum na vida. Hoje em dia a vida é tão cara e dura, ninguém nos pode ajudar. Acho que não vou ter outra escolha a não ser mendigar se a minha situação não mudar.” (*rapaz deficiente de 13 anos de idade, Porta Farm, SC do RU, 1999b, p.47, #46*)

Na Bulgária, as comissões multi-disciplinares têm o papel de decidirem onde é que uma criança pode ir escola. Esta mãe búlgara relata a sua luta para educar o seu filho com uma incapacidade auditiva: “Já tentei várias vezes matriculá-lo no jardim-de-infância. Da primeira vez tentei fazer com que entrasse num jardim-de-infância especial para crianças com problemas de saúde gerais, onde o Director do jardim-de-infância estava disposto a aceitá-lo. Mas o problema foi com a Comissão de Diagnóstico, que não permitia isto, ‘porque a criança não consegue comunicar,’ disseram eles.” Uma outra mãe acrescentou: “Uma vez que a criança tenha sido rejeitada, é difícil alterar o diagnóstico.” (*Mães de crianças portadoras de deficiências, 1999, #93,194*)

Annie, uma estudante do 1º ano com 10 anos de idade com pólio e que tem dificuldades de aprendizagem. Apesar disto, os pais dela mandaram-na à escola como qualquer criança normal. Mais tarde, um professor na mesma escola aconselhou os

direito à não discriminação (Art.2.º). Se a escola ficar muito longe de casa, pode ser violado o direito de não ser separada da sua família (Art.9.º), e o direito de brincar com os amigos (Art.31.º). Se a escola for residencial, o direito da criança à liberdade de associação pode ser restringido (Art.15.º).

Desconhecemos se as opiniões da criança foram tidas em consideração (Art.12.º), e, numa perspectiva holística dos direitos da criança, se é de facto no interesse superior da criança (Art.3.º).

Um exemplo da Ásia relata dois rapazes com incapacidades físicas que foram aceites e se saíram muito bem na sua escola secundária local. A escola deu um passo na direcção certa ao aceitar os dois rapazes, os quais beneficiaram ambos claramente da sua educação. Contudo, o título do exemplo dado pelos colaboradores resume bem o espírito da escola: ‘Desde que sejam capazes ... são bem-vindos a esta escola’ (*Pusat Rehabilitasi Yakkum, #198*). É claro que só crianças com certas incapacidades são bem-vindas - as que têm dificuldades de aprendizagem, por exemplo, ainda têm poucas probabilidades de serem bem-vindas. Parece que ainda falta muito até que a escola possa ser verdadeiramente descrita como estando a aplicar uma boa prática, i.e., acesso não discriminatório e a inclusão das crianças portadoras de deficiências.

pais dela a enviarem-na para uma escola de ensino especial na cidade onde ela está presentemente a gozar de escolarização em conjunto com miúdos do seu próprio nível. (*Carta das Filipinas, 1999, #17*)

Então e que tal o Artigo 23.º? O Artigo 23.º certamente que ‘cobre’ as crianças portadoras de deficiências?

Não. A totalidade da Convenção cobre as crianças portadoras de deficiências. A solução para as crianças portadoras de deficiências é o Artigo 2.º: A não discriminação. O Artigo 23.º está lá para o reforçar ao descrever o objectivo principal: ... ‘uma vida plena e decente ... dignidade, autonomia ... participação activa na vida da comunidade... integração social e desenvolvimento pessoal tão completos quanto possível’.

Salienta que, *para aplicar o princípio da não discriminação, as crianças portadoras de deficiências têm direito a que as suas necessidades individuais sejam satisfeitas.* (Lembra-se? Dissemos que uma criança portadora de deficiências pode precisar de algo diferente para ter acesso à sua igualdade de direitos.)

Prossegue sugerindo o tipo de apoio que as crianças portadoras de deficiências podem precisar: ‘cuidados especiais e ... assistência ... apropriada à condição da criança’ para que tenha ‘acesso efectivo à ... educação, à formação, aos cuidados de saúde, à preparação para o emprego e a actividades recreativas’, i.e., um série de direitos.

Infelizmente a falta de compreensão levou a que o Artigo 23.º fosse mal interpretado:

- *A segregação:* Na prática, o Artigo 23.º pode encorajar a tendência para categorizar e tratar separadamente as necessidades das crianças portadoras de deficiências, como se *todas* as suas necessidades fossem especiais e diferentes e não tivessem nada em comum com as outras crianças.
- A frase ‘Sempre que os recursos permitam’ fornece uma ‘cláusula especial’ para a sua não aplicação.

A SC da Suécia levou a cabo um levantamento dos relatórios ao Comité: “Quase toda a informação sobre questões relativas a crianças com deficiências é fornecida numa secção especial sob o título ‘Saúde básica e bem-estar’, o que está de acordo com as linhas de orientação dos relatórios tanto nacionais como das ONGs. Só uns quantos relatórios integram as crianças portadoras de deficiências em capítulos diversos.” (Brolin, 1996, p.7, #576)

A ênfase global no Artigo 23.º é no bem-estar mais do que nos direitos, e fica deste modo sujeito a ser utilizado por aqueles que desejam promover a segregação mais do que a inclusão... Não há no Artigo 23.º nenhuma exigência de um ensino inclusivo ou uma política social inclusiva. (Jones & Basser Marks, p. 184, #577)

Implica que as crianças portadoras de deficiências só podem ter acesso aos seus direitos se isto não for demasiado caro, e só serve para questionar se uma criança portadora de deficiências é tão merecedora dos recursos como uma criança não deficiente. A Convenção já reconhece que os recursos são finitos, mas que as crianças têm direito até ao 'limite máximo dos recursos disponíveis [dos seus governos]' (Art. 4.º).

- *A abordagem das necessidades individuais:* o Artigo 23.º refere-se a 'cuidados especiais', a 'assistência', a 'tratamento médico, psicológico e funcional', e a 'reabilitação' - e talvez se precise de todos eles. Mas implica que os únicos problemas que as crianças portadoras de deficiências enfrentam têm a ver com as suas próprias incapacidades e limitações individuais. Não faz alusão aos problemas e obstáculos no ambiente e na sociedade que impedem o acesso e a participação das crianças portadoras de deficiências. Por exemplo:
 - Talvez haja na família crenças supersticiosas acerca da deficiência, falta de conhecimento ou de aptidões, pobreza, falta de tempo, tendência para proteger excessivamente, etc.
 - Na sociedade, talvez haja uma falta de informação, de conhecimento e de aptidões sobre a deficiência, falta de equipamento, edifícios e meios de transporte inacessíveis, comportamento negativo por parte dos vizinhos, falta de formação apropriada para professores, etc.

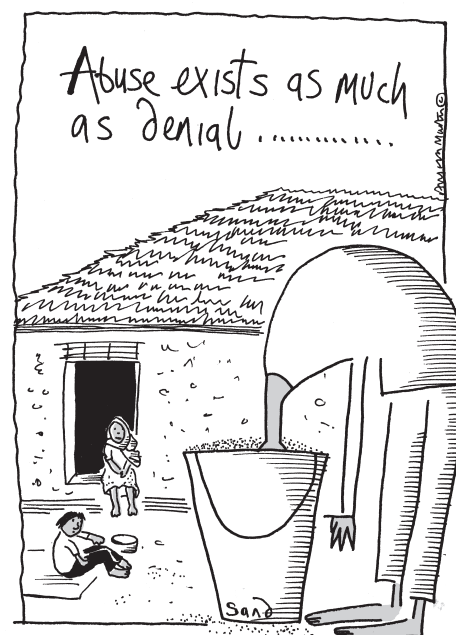
Endereçar apenas a reabilitação das incapacidades só por si não passa de uma solução parcial para os problemas que as crianças portadoras de deficiências

enfrentam. A maior parte das necessidades de uma criança portadora de deficiências são as mesmas do que as de qualquer outra criança - alimento, abrigo, os cuidados da sua família, os cuidados de saúde, os amigos com quem brincar, a oportunidade de se desenvolver e de aprender.

A protecção contra o abuso e abandono

Primeiramente vamos esclarecer o que queremos dizer com abuso e abandono:

- O projecto recolheu exemplos de uma vasta gama de formas de abuso e abandono, incluindo:
 - falta de cuidados básicos - alimento, abrigo e cuidados de saúde inadequados
 - falta de oportunidades para o desenvolvimento, limitação da liberdade, falta de interacção social
 - abandono (muitas vezes entregues a uma instituição)
 - tratamento segregacionista - ser ostracizado, chamarem-lhe nomes e outros insultos
 - 'tratamento' médico ou de reabilitação excessivo
 - violência
 - abuso sexual.
- O abuso das crianças portadoras de deficiências está muito difundido, e existe em todas as culturas.
- As crianças portadoras de deficiências têm duas vezes mais hipótese de serem abusadas no seio das suas famílias do que as crianças não deficientes.
- As crianças portadoras de deficiências não são vistas como crianças. É comum para as crianças portadoras de deficiências serem identificadas antes de mais pela sua incapacidade, em vez de serem primeiro crianças, que por acaso têm uma incapacidade. Em



Existe tanto abuso como negação

A sociedade sul-africana continua a encarar as crianças com deficiências como incapazes, doentes e um fardo para a sociedade. Mais de 80 por cento das crianças negras com deficiências vivem na pobreza extrema em ambientes inóspitos. Possuem acesso muito mau às instalações de cuidados de saúde apropriados e a oportunidades de desenvolvimento para a primeira infância.

Quando nascem em famílias de origens sócio-económicas pobres, estas crianças crescem frequentemente a acreditar que as suas deficiências são uma maldição económica e social e um fardo para as suas famílias. Como resultado, percebem-se muitas vezes como inúteis. O facto de as crianças com deficiências serem incapazes de se defenderem a si próprias, ficarem muitas vezes sózinhas em casa e serem subvalorizadas por aqueles que as rodeiam, também as torna particularmente vulneráveis ao abuso físico, sexual e emocional. Estas crianças também têm menos probabilidade do que os seus irmãos de frequentarem a escola, de irem em excursões, de passarem por situações onde tenham de resolver problemas ou de participarem nos trabalhos domésticos da família. Como resultado, tornam-se adultos desprovidos de poder, incapazes de tomarem decisões, de resolverem problemas ou de assumirem a iniciativa. *(Governo da África do Sul, 1997, # 91)*

resultado disto, as abordagens quanto ao trabalho com crianças portadoras de deficiências tendem a centrar-se sobretudo no tratamento da incapacidade, em vez de endereçarem as necessidades mais amplas e os direitos da criança.

- Existe uma forte relação entre as crianças portadoras de deficiências serem subvalorizadas e serem abusadas.
- Não se deve confundir a protecção com a superprotecção. A superprotecção concentra-se nas vulnerabilidades e nas fraquezas da criança, vê a criança como um recipiente passivo de provisões, dependente da boa-vontade e da caridade dos outros e pode deixar a criança tão vulnerável como dantes.

O abuso tem sido definido como ‘qualquer prática que seja profundamente desrespeitadora de uma pessoa enquanto ser humano, mesmo que não seja abrangida pelas categorias oficiais de abuso reconhecidas na lei [do RU]. É uma prática assente em presunções que são falsas e insolentes.’ *(Cross, 1998, p.7, #445)*

Um assistente de campo visitou uma aldeia em Central Java, à procura de Mardi, um jovem deficiente. Com ambas as pernas paralisadas, ele move-se rastejando. O assistente de campo recebeu as seguintes respostas da comunidade: “Desculpe. Não conhecemos o Mardi. Talvez ele não viva aqui, ou se calhar é um recém-chegado que nós ainda não conhecemos.” A seguir o assistente de campo descreveu o Mardi. “Ah!”, veio então a resposta, “Talvez seja ele o rapaz deficiente, o ‘Rastejante’, mas não sabemos o nome dele.” (*Pusat Rehabilitasi YAKKUM, 1999, #200*)

Há poucas semanas, uma colega referiu que o filho dela de 13 anos, que tem incapacidades múltiplas, parecia ter magoado a anca, já que estava muito sensível ao toque e ele parecia estar desconfortável. Ela interrogou-se se isto seria a puberdade - o corpo dele a transformar-se num corpo de homem. Aconselhei-a a levá-lo ao hospital para uma radiografia, já que me parecia ser uma anca deslocada. No hospital, o médico tocou-lhe brevemente na anca, observou, e explicou à família que aquilo era relacionado com a deficiência dele e que era de esperar, e que as radiografias eram por conseguinte desnecessárias. A seguir remeteu-os para os assistentes sociais para concorrerem a um subsídio de cuidados assistência domiciliárias, que estão destinados a crianças dos 0-18 anos que requerem cuidados 24 horas por dia! (*África do Sul, email, 2000, #251*)

É claro que o médico viu a criança como um ‘caso de Paralisia Cerebral’, em vez de um rapaz com uma anca dolorida.

Uma investigação recente das vidas e perspectivas das crianças portadoras de deficiências no RU descobriu que a deficiência era o ‘estatuto dominante, em que outras diferenças e semelhanças permaneciam silenciadas ou não eram tidas em conta, e tudo o que se relacionasse com a criança era explicado pela sua incapacidade.’ (*Watson et al, 2000, #542*)

“Sentimos que o especialista em doenças do ouvido, do nariz e da garganta atribui as culpas de qualquer problema auditivo ou dos ouvidos ao facto de a nossa filha ter Síndrome de Down. Ele parece que considera ser algo a que nos vamos acostumar e não a vê-la como uma pessoa.” (*Mãe de uma filha de 11 anos, Rutter & Seyman, 1999, #539*)

Um relatório patrocinado pela Associação Síndrome de Down do RU cita o caso de uma criança de seis meses a quem não foi dado nenhum analgésico depois de uma operação ao coração porque, de acordo com o médico, “As crianças com Síndrome de Down não sentem dor nenhuma.” (*Rutter & Seyman, 1999, #539*)

Quase todos os dias do ano, a maior parte destas crianças de rua com deficiências têm de batalhar contra as atitudes negativas da sociedade. Estas crianças raramente são tratadas pelos seus nomes reais, preferindo tratá-las pela sua deficiência na sua interpretação mais rude e cruel. Muito frequentemente são maltratadas e importunadas pela sua incapacidade e deficiência...

O abuso físico, como o bater, o castigo físico, etc, tem sido relatado como extremamente comum entre as crianças de rua com deficiências... Estas crianças [expressaram que] o abuso emocional ao serem chamadas, de maneira degradante, por nomes baseados nas suas deficiências respectivas, e a atitude geral humilhante eram bastante mais dolorosos do que o abuso físico directo. (*Centre for Services & Information on Disability, 1999, pp.28-9, #532-3*)

“A minha vida mudou completamente quando tive um filho com uma deficiência. Precisava que cuidar dele quase o tempo todo e não podia trabalhar. Fui forçada a vender quase tudo o que tinha para que as crianças e eu pudéssemos ter de comer.” O Masrescha de quatro anos, que sofre de paralisia cerebral e é invisual, está deitado na cama.

Contudo, não foi só a economia dela que foi afectada. As relações dela com os vizinhos também se deterioraram: “Disseram que a deficiência dele era uma maldição de Deus. Ou que se deveu a um curandeiro tradicional que decidiu castigar-me por alguma coisa que eu fiz. Também disseram que a doença do Masrescha era contagiosa, por isso nunca o levo daqui para fora.” (*Gunnarson, 1998, #487*)

- O comportamento cruel, que provocaria escândalo se fosse praticado sobre uma criança não deficiente, é mais provável que seja aceite em relação a uma criança portadora de deficiências.
- A seriedade do abuso emocional não pode ser subestimado. É destrutivo para a auto-estima da criança, e reforça o sentimento de inferioridade da criança.

O abandono não é culpa das famílias pobres e sobrecarregadas de trabalho

Tem razão, não podemos culpar unicamente as famílias.

- As famílias com uma criança portadora de deficiências fazem frequentemente tudo o que podem pelas suas crianças, não apenas sem apoio, mas igualmente enfrentando o isolamento, e muitas vezes a hostilidade da comunidade.
- Os governos e as comunidades raramente proporcionam o apoio que as famílias precisam para cuidarem das suas crianças portadoras de deficiências. Os governos têm o dever e a responsabilidade de assegurar assistência (Art.18.º).

Mas o abuso sexual - certamente que ninguém abusaria sexualmente de uma criança portadora de deficiências?

Vejamos os factos:

- As crianças portadoras de deficiências sofrem um risco muito maior de abuso sexual do que as crianças não deficientes, segundo a investigação levada a cabo na Europa e na América do Norte.
- Bastantes testemunhos anedóticos confirmam que também é este o caso noutras partes do mundo.
- As crianças portadoras de deficiências têm muito menos probabilidade do que crianças não deficientes de terem acesso a educação sexual, seja porque não frequentam a escola, ou porque são vistas como ‘assexuais’.
- As iniciativas para proteger as crianças contra o abuso raramente incluem as crianças portadoras de deficiências na sua jurisdição.

“A Maria, uma estudante de 12 anos do 4º ano, considerada pelos professores como de aprendizagem lenta, é vítima de abuso sexual... durante os dias de aulas, ela vai almoçar a casa da mãe onde está

frequentemente em contacto com o seu primo que a engravidou. A Maria escondeu o seu affair [sic] com o primo dos pais porque o primo a ameaçou. Até que um dia, os pais dela foram apanhados de surpresa quando a Maria foi a correr para o hospital para dar à luz. Em resultado disto, a Maria decidiu largar a escola porque os pais dela não queriam que ela fosse assediada pelo que os seus colegas fariam e porque ela agora tem um bebé para tomar conta, para uma rapariga da idade dela.” (*Carta das Filipinas, 1999, #18*)

Bangladesh: O abuso sexual de uma rapariga deficiente, em particular as adolescentes, tem sido identificado como uma das situações mais vulneráveis para as crianças portadoras de deficiências. Quase todas as raparigas deficientes relatam incidentes de abuso sexual ... [em entrevistas individuais]. O abuso sexual variava do abuso indirecto até mesmo à violação. Na maior parte dos casos as raparigas deficientes denunciaram distúrbios reiterados e contínuos por parte dos rapazes de rua, ou até de gente idosa, que se declaravam, utilizavam palavras para as estimularem sexualmente, ofereciam dinheiro para sexo mútuo, etc. Até houve um caso de assédio sexual por um curandeiro tradicional em que ele teve acesso e interagiu mais de perto com a rapariga deficiente em nome do tratamento.

Tudo isto deixa as famílias ansiosas e inseguras. Tudo isto leva a obstáculos múltiplos para a rapariga deficiente. Ela é deficiente por causa da incapacidade dela e mais ainda por ser uma rapariga com deficiência. (*CSID, 1999, p.29, #534*)

A sociedade e as atitudes sociais [criam] uma situação complexa por meio da qual a mulher e a criança portadora de deficiências são apanhadas num círculo vicioso de discriminação de abuso dos direitos humanos do indivíduo. Sabia que:

- as mulheres deficientes deparam com mais humilhação e insultos por parte dos trabalhadores de saúde profissionais de todos os níveis: dos médicos e enfermeiras, aos fisioterapeutas, etc. São publicamente ridicularizadas nos serviços de saúde, e o absurdo é que as perpetradoras sejam outras mulheres profissionais de saúde
- estão sujeitas a exames médicos humilhantes sem privacidade. Isto é pior para as crianças portadoras de deficiências porque provoca que elas fiquem vulneráveis ao abuso sexual. Quando as crianças se habituam a serem examinadas sem qualquer sensibilidade pela sua privacidade, o resultado é que elas simplesmente não se opõem quando qualquer adulto lhes invade a privacidade porque é a isso que estão habituadas. (*Matsebula, 1999, #582*)

Bangladesh: Um exemplo recente de exclusão das PCDs dos programas de desenvolvimento podia ser coligido dos programas de socorro às cheias e de reabilitação de Agosto de 1998, em que as PCDs foram muitas vezes as últimas a serem alcançadas pelas operações de distribuição de comida. Devido às limitações, as PCDs (especialmente crianças) ficaram virtualmente fora do alcance da operação de socorro proporcionada pelo governo

Obviamente que as crianças portadoras de deficiências estariam mais seguras em instituições, não era?

É exactamente o oposto - estariam muitas vezes mais seguras com a sua família.

- As crianças portadoras de deficiências são particularmente vulneráveis ao abuso nas próprias instituições que foram concebidas para as proteger. Elas ficam lá mais dependentes de um número maior de adultos, frequentemente para formas de cuidados bastante íntimas.

A protecção em situações de crise

As situações de emergência

- As crianças portadoras de deficiências são as mais vulneráveis em situações de emergência. São frequentemente as primeiras a ser sacrificadas pelas famílias em situações de conflito - abandonadas e deixadas para trás. Elas são normalmente as últimas a receber socorro e apoio de emergência.
- Muito pouca documentação sobre as situações de emergência se refere directamente às crianças portadoras de deficiências (Ahlen, 1997). As histórias estão lá, mas tendem a não ser amplamente divulgadas.

e pelas ONGs. A incapacidade delas se juntarem e permanecerem de pé em longas filas de socorro resultaram muitas vezes na exclusão de instalações para as famílias. O acesso aos postos de socorro também foi um problema para as PCDs, já que estes continuam a 'não lhes facilitarem' as suas vidas. (*Centre for Services & Information on Disability, 1999, p.3, #535*)

O VIH/SIDA

O projecto documentou muito pouca informação sobre as crianças portadoras de deficiências e o VIH/SIDA, mas o pouco que temos indica claramente que:

- a disseminação do VIH/SIDA está a ter um impacto devastador sobre as crianças portadoras de deficiências
- as crianças portadoras de deficiências são particularmente vulneráveis por causa da
 - falta de acesso aos cuidados de saúde e a informação acessível sobre o VIH/SIDA
 - falta de escolarização, onde tem lugar a maior parte da educação sobre o VIH/SIDA
 - a sua vulnerabilidade acrescida ao abuso sexual, já atrás mencionado
- o mito mais do que comum de que ter sexo com uma virgem ou com uma pessoa deficiente é uma cura para o VIH/SIDA, implica que as crianças portadoras de deficiências estão entre as vítimas mais jovens e mais 'puras' sujeitas a violação sexual.

Desculpas comuns e tácticas de fuga à questão - “concentramo-nos principalmente na prevenção e na erradicação das incapacidades”

- A prevenção da incapacidade é uma parte importante de um bom programa de saúde, mas essa é uma questão à parte. Nós concentramo-nos nas crianças portadoras de deficiências que precisam de apoio agora.
- As incapacidades são uma parte normal de todas as sociedades e nunca poderão ser erradicadas. Certas incapacidades podem ser prevenidas, e.g., as que

O Centro Lar Feliz no Líbano proporciona instalações escolares para crianças com deficiências de aprendizagem, e também apoia as suas mães. A maioria das famílias é refugiada ou está internamente deslocada por causa dos ataques militares israelitas. Os funcionários do Centro relataram “três casos de raparigas deficientes a frequentarem o centro [que foram] violadas por homens na área onde vivem. Os violadores eram membros das milícias armadas, e as famílias tinham medo de apresentar queixa. Isto não só transportava o risco de represálias por parte dos infractores como também trazia mais vergonha à família que já é estigmatizada por ter uma filha deficiente.” (*Boukhari, 1997, #88*)

“A SIDA é um grande problema. Muitos pais de crianças portadoras de deficiências estão a morrer de SIDA. As pessoas muitas vezes estão dispostas a adoptar órfãos da SIDA, mas não se eles forem deficientes.”

“Muitas crianças portadoras de deficiências que conhecemos são violadas pelos professores, pelos familiares. Mas porque não conseguem falar, ninguém acredita nelas, por isso o caso é sempre abandonado.” (*Mãe de criança portadora de deficiências, Zimbabué, 2000, #525*)

Há provas consistentes de que os grupos minoritários vêm negados os seus direitos sociais e económicos como consequência da negligência ou da inacção governamental. (*Aliança Internacional SC, 2000, p.34*)

Vivemos em Sulaimaniya no Curdistão, no norte do Iraque. No nosso país nem sequer há direitos básicos para as crianças com deficiências; se uma família tem uma criança portadora de deficiências ficam tristes e esperam que a criança morra. Isto é porque a família não sabe como ajudar a sua criança, e a vida para estas crianças é cara enquanto a maioria das famílias vive na pobreza. Há muitas crianças com deficiências no Curdistão e os números estão a subir. O aumento ocorreu porque a maior parte dos factores que previnem a deficiência não se encontram à disposição, como seja uma boa educação para saúde e a prevenção da desnutrição. (*CBR News #23, 1996, #100*)

resultam da pólio, enquanto outras podem aumentar, como sejam as que resultam do conflito, dos acidentes trágicos, da poluição, etc. De acordo com algumas estimativas, os países do Norte têm aliás uma prevalência maior da incapacidade do que os países do Sul.

A principal preocupação do nosso país é a pobreza - as crianças portadoras de deficiências custam mais dinheiro, por isso vão ter de esperar

Primeiramente alguns factos:

- A maioria das crianças portadoras de deficiências vive nos países do Sul.
- A pobreza está fortemente ligada à discriminação de grupos minoritários, incluindo as pessoas deficientes.
- A pobreza afecta as crianças portadoras de deficiências juntamente com as outras crianças, mas o impacto adverso da pobreza é frequentemente muito maior sobre a criança portadora de deficiências.
- A maioria destas crianças não precisa de soluções técnicas caras. Têm direito a ver satisfeitas as suas necessidades básicas, à sobrevivência, a alimento, aos cuidados da sua família, aos amigos com quem brincar, ao acesso aos serviços existentes. A serem incluídas. Estes não são caros.
- Tanto a pobreza com a prosperidade podem tornar estas crianças mais deficientes. As classes médias urbanas podem discriminar e excluir estas crianças mais do que as comunidades pobres.

- Os problemas maiores que as famílias enfrentam podem ser exteriores, como seja a pobreza, a falta de educação, os conflitos, etc. Tratar a incapacidade de um membro da família em isolamento do contexto familiar, e.g., de pobreza, é pouco provável que proporcione uma solução duradoura.

Para assegurarmos todos os direitos das crianças portadoras de deficiências, vamos precisar de tantos programas especiais diferentes!

Não entre em pânico, isso não vai ser necessário! Incluir uma perspectiva sobre a deficiência não significa que tem de começar um projecto ‘especial’, ou tornar-se fisioterapeuta.

- A maioria das necessidades e dos direitos das crianças portadoras de deficiências podem ser satisfeitos através de programas e serviços normais.
- O que é preciso é a sensibilidade e a compreensão adicional para assegurar que quaisquer programas e serviços destinados às crianças incluam também as crianças portadoras de deficiências.

O Capítulo 3 fornece algumas ideias práticas sobre como começar.

Já possuímos leis e políticas adequadas para as crianças portadoras de deficiências

As crianças portadoras de deficiências estão entre as mais vulneráveis das nossas crianças, e precisam de medidas de protecção fortes. Mas o direito à protecção é apenas um aspecto dos direitos das crianças portadoras de deficiências e tem de ser parte de uma

A Ngo Kim Cuc descreve uma família que conheceu que vive e mendiga nas ruas em Danang, no Vietname. Ela e uma colega fizeram tudo o que puderam para arranjarrem tratamento para a ‘Charlie’, uma das crianças, que coxeava acentuadamente.

“A autora encontrou a Charlie mais tarde e descobriu que ela respondera bem ao tratamento, e o aparelho começava a esticar a perna. Contudo, este redescobrir da mobilidade significava que ela era menos produtiva do que quando andava a mendigar nas ruas. A mãe dela decidiu que a situação económica da família era mais importante do que os avanços feitos para melhorar a saúde da Charlie, e o aparelho raramente era usado. As autoridades também tinham retirado a Charlie e a família dela da rua e puseram-nos num campo de reabilitação.” (Ngo, 1996, #469)

O Uganda consagrou os direitos humanos para pessoas deficientes na Constituição, e é de aplaudi-lo por ser o primeiro país no mundo a reconhecer a linguagem gestual como uma língua oficial. (Yeo, 1999, #359)

Entretanto, uma carta de um estudante ugandês deficiente do ensino secundário conta uma história deplorável da sua luta para ir ao encontro dos seus direitos mais básicos:

“Apesar de eu ser um órfão estropiado finalista do terceiro ciclo, o governo continua a exigir-me propinas escolares... tenho direito a saúde de qualidade mas sempre que vou a um hospital ou clínica, é preciso dinheiro para o tratamento e eu não tenho nada. Estou imobilizado porque me falta uma cadeira de rodas. Sobrevivo apenas com muletas.” (*Carta de um jovem deficiente, 1999, Uganda, #24*)

série de legislação que proporcione protecção, não discriminação e igualdade de oportunidades para participar.

Tem a certeza que estas leis e políticas estão a ser aplicadas na prática? Há exemplos de países que têm em vigor leis e políticas excelentes, frequentemente elaboradas por recurso as linhas de orientação das Regras Gerais da ONU. Todavia estas não passam de um imenso desperdício de papel se não foram aplicadas na prática. Na realidade, muito pouca coisa mudou para a maioria das crianças portadoras de deficiências.

Capítulo 2

A boa prática e o melhoramento da prática

Foram descritos tantos desafios e obstáculos no Capítulo 1 que a tarefa de fazer algo quanto a eles começa a parecer impossível. Mas este é apenas um lado da situação. O Grupo de Trabalho ouviu falar de alguns exemplos inspiradores de práticas excelentes, e de exemplos de passos encorajadores numa direcção positiva. Estes demonstram que é possível proceder a alterações que beneficiem as crianças portadoras de deficiências.

É este o segundo importante propósito do projecto da Aliança: proporcionar exemplos concretos de boa prática para mostrar o que já foi alcançado e o que é possível. Muitos destes projectos são apoiados pelas ONGs e, ainda que pequenos, fornecem as sementes das novas ideias que têm potencial para uma aplicação mais ampla.

O Capítulo 2 apresenta uma pequena selecção de exemplos de boa prática e de passos no sentido de uma prática melhorada. Podem ser encontrados muitos mais exemplos na base de dados do CD-ROM.

Combater a invisibilidade

Chamar a atenção para as crianças portadoras de deficiências é muitas vezes um primeiro passo importante. Isto pode-se alcançar através de:

Nalguns casos, as crianças estão lá, mas ninguém sabe delas. No campo de refugiados de Al'Gahin, no lémen, onde estão a viver cerca de 5.000 refugiados somalis, pensava-se que havia só umas quantas crianças portadoras de deficiências. Quando se fizeram inquéritos, para surpresa de todos verificou-se que havia 32 crianças portadoras de deficiências. O conhecimento disto levou a que se agisse para lhes permitir que frequentasse a escola do campo. (Hagner, 1999, #558)

“No passado aconselhávamos os pais das crianças portadoras de deficiências a manterem as suas crianças em casa - escondidas. Vemos agora que era um erro. Agora encorajamo-las a trazerem-nas para fora de casa.” (funcionário do Comité Popular local, Chalker, 1998, #73)

Em termos de ensino [na China] há várias leis que dizem respeito às crianças em lares de beneficência e em particular às crianças com deficiências.

- A Lei do Ensino Obrigatório (1986)
- O Ensino para Pessoas Deficientes (1994)
- A Protecção dos Deficientes (1990)

O ensino primário e preparatório obrigatório está consagrado na legislação chinesa, de modo claramente ligado ao direito da criança à educação.

Isto conduziu a um aumento significativo ao longo dos anos do número de crianças portadoras de deficiências que recebem educação. (Anhui Provincial Civil Affairs & SC do RU, 1999, #554)

- recolha de informação - identificar onde estão as crianças portadoras de deficiências, reconhecer a sua presença, qual é a sua situação, a que direitos é que elas têm acesso e aqueles a que não têm
- compreender claramente como as crianças e os adultos deficientes são vistos pela comunidade - examinar as percepções, as crenças e as presunções sustentadas pela comunidade
- permitir às crianças portadoras de deficiências a às suas famílias que falem por si próprias, em reuniões ou nos meios de comunicação social
- discriminar os dados e a informação não apenas por género e idade, mas também por deficiência, em estudos, em análises, controlos e avaliações de situações, etc
- trazer as crianças portadoras de deficiências para o interior da comunidade.

A não discriminação

Um crescente número de países tem em vigor legislação não discriminatória, seja sob a forma de legislação específica sobre deficiência, ou ao incluírem questões referentes às crianças portadoras de deficiências em toda a legislação relevante para crianças.

Alguns países esboçaram estratégias de implementação e linhas de orientação detalhadas a descrever como a legislação deve ser aplicada na prática.

Os passos práticos no sentido de implementar a não discriminação são uma tema constante de muitos dos exemplos de boa prática.

A Estratégia Nacional Integrada da África do Sul para a Deficiência esforça-se por fornecer linhas de orientação aos departamentos governamentais que permitam às crianças com deficiências e aos seus pais:

- ficarem o mais livres possível da necessidade de tratamento e cuidados médicos permanentes e ao mesmo tempo terem acesso a estes cuidados sempre que necessário
- manter a responsabilidade pelo planeamento e a implementação das suas reabilitações e processos de integração ao nível mais pessoal possível
- exercerem os seus direitos a uma cidadania plena e terem acesso a todas as instituições e serviços da comunidade, incluindo o ensino
- terem uma sobrevivência mínima, se for apropriado através de benefícios sociais
- terem tanta mobilidade quanto possível, e acesso a edifícios e aos meios de transporte
- exercerem um papel pleno na sociedade e tomarem parte nas actividades económicas, sociais, e em actividades recreativas e culturais.

(DICAG, 1998, #64)

Em 1995, a SC do RU [proporcionou] apoio para melhorar a qualidade dos cuidados para crianças que vivem no Lar de Beneficência para Crianças de Guangde [na China]. Mais de 50 por cento destas crianças são deficientes. Em todas as etapas do

projecto de implementação, têm vindo a ser incluídas crianças portadoras de deficiências, por princípio. Elas começaram por ser incluídas como crianças, com as mesmas necessidades que as outras crianças “e de seguida acrescidas”.

Uma fase importante do projecto tem sido a reorganização das crianças em grupos familiares mais pequenos no interior do Lar de Beneficência, seguida pelo realojamento de dois destes grupos familiares em casas normais na cidade local. Durante as etapas de planeamento e negociação da segunda fase, a sugestão inicial era que as ‘melhores’ crianças deviam começar por irem viver na comunidade. Resistiu-se a esta ideia, e em vez disso estabeleceu-se o princípio de seleccionar um apanhado de idades, géneros e deficiências que reflectisse as diferenças comumente encontradas entre os membros de uma família.

O benefício mais surpreendente da disposição em pequenos grupos é que os funcionários agora vêem todas as crianças do seu grupo, incluindo as crianças portadoras de deficiências, como indivíduos, (em vez de como um grupo de crianças de cinco anos, por exemplo). Como resultado, eles agora prestam mais atenção às necessidades individuais de cada criança, e também começaram a falar de sentirem orgulho no desenvolvimento pessoal das ‘suas’ crianças. As crianças entretanto tornaram-se mais enérgicas, saudáveis e activas. (Jones, 1999, #556)

NB: Esta abordagem tem sido amplamente elogiada pelo Ministro da Segurança Social na China, e a SC do RU está presentemente a apoiar a sua repetição em mais outras quatro instituições de beneficência em diferentes províncias da China.



Passei a minha infância isolado das outras crianças, incapaz de encarar estranhos ou alguém que visitasse a nossa família, porque me sentia sempre envergonhado e com medo ... Como criança estive totalmente dependente da minha família para comer e me vestir, e nunca me ensinaram a ser independente. A seguir surgiu a reabilitação com base na comunidade (RBC) e ... comecei a receber formação para depender de mim próprio e para sair de casa sózinho, ir à escola e fazer muitos amigos.

A minha família também aprendeu imenso com a RBC. Encorajam-me a sair mais e a tornar-me mais independente, e a atitude na minha família mudou de modo tão positivo que se reflectiu nos vizinhos e na minha comunidade envolvente. Tornaram-se mais positivos, acabando por me tratarem como aos outros, o que me fez esquecer a minha deficiência ou ficar embaraçado. Por isso sinto que estou a viver uma vida melhor do que antes. (SC da Suécia, Lémen, 1999, #366)

A sobrevivência e o desenvolvimento

As iniciativas para melhorar a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças portadoras de deficiências têm probabilidade de serem mais sustentáveis quando implementadas no interior de um quadro de iniciativas para as crianças na globalidade. Os elementos-chave para uma implementação inclusiva bem sucedida incluem:

- o reconhecimento que os direitos e as necessidades das crianças portadoras de deficiências são os mesmos de todas as crianças
- apoio às famílias - proporcionar informação e oportunidades para partilhar experiências, melhoras no acesso aos serviços disponíveis, fomentar aptidões - ajudando as suas crianças a desenvolver e aprender
- crescente sensibilidade da comunidade de como adaptar os seus recursos e aptidões existentes para apoiar as crianças portadoras de deficiências
- criar redes e colaboração entre médicos habilitados a trabalharem com crianças e com pessoas especialistas em recursos
- as crianças e os jovens deficientes a desenvolverem as aptidões para assumirem o controlo das suas vidas.

O Tulasi Ram Kadariya, um deficiente auditivo de 17 anos de idade, completou com sucesso um curso de 6 meses em Linguagem Gestual Nepalesa que teve lugar no campo de [refugiados butaneses] em Novembro de 1996. Ele sente-se muito confiante e energético, e agora dá aulas regulares de Linguagem Gestual para as crianças surdas que vão à escola no campo dele. Também completou a formação como alfaiate e tem esperança de ser independente no futuro. (*funcionário do projecto Nepal da SC do RU, 2000, #523*)

O apoio ao desenvolvimento da primeira infância é particularmente importante na Margem Ocidental do Jordão e na Faixa de Gaza, onde as crianças crescem num ambiente empobrecido e violento, com poucas zonas onde possam brincar em segurança. O Conselheiro para a Primeira Infância da Save the Children proporciona apoio aos serviços existentes para crianças mais novas, incluindo pré-escolas, ensino primário e actividades extra-curriculares e de educação não formal (ENF). A abordagem central é sensibilizar os adultos que trabalham com crianças (especialmente as mulheres) da importância do desenvolvimento da primeira infância e da ENF, para desenvolver a sua compreensão quanto aos modos adequados de ajudar as crianças a aprenderem e a evoluírem, e a ganharem aptidões e confiança. A ênfase é posta em abordagens de implementação que encorajem o envolvimento activo das crianças no processo educativo.

Um aspecto da formação tem sido os grupos de professores, os funcionários de RBC e os membros da comunidade encorajarem a integração das crianças com necessidades educacionais especiais (físicas, mentais e emocionais) em jardins-de-infância, clubes e na comunidade mais ampla. (*SC do RU Margem Ocidental & Gaza, 1997, #378*)

O Tesfaye é um rapaz de 14 anos com dificuldades de aprendizagem. Não tem irmãos e os pais dele estão divorciados e sem rendimento permanente. Ele entrou para a classe especial de Kokebe Tsebah em 1998. No mesmo ano, começou a frequentar o programa-piloto de inclusão. Quando entrou para o programa, era agitado, irritava-se facilmente, estava fisicamente fraco, incapaz de controlar a saliva, faltavam-lhe capacidades de comunicação e tinha muito pouco apetite. Depois de acabar o primeiro ano escolar, observaram-se melhorias. Entre outras, ele ganhou força física, tornou-se bastante social e melhorou as suas capacidades de comunicação, sendo capaz de controlar a saliva, de se sentar firme, de frequentar aulas regulares e o apetite tem melhorado. Também é capaz de ver TV por muito tempo e lembrar-se do que viu. Presentemente o Tesfaye é capaz de expressar aquilo de que gosta e de que não gosta, e é capaz de assumir e cumprir tarefas em casa que não conseguia anteriormente. (Haile & Bogale, 1999, #338)

O projecto PACT no Yorkshire é um projecto de assistência social dirigido pela Children's Society do RU. O seu propósito é conferir poder e apoiar as crianças e os jovens com deficiências e as suas famílias, em particular ao promover a defesa dos seus próprios direitos. Um dos projectos era uma peça chamada "Posso Ser Diferente Mas" que elas representaram por diferentes escolas. O Liam Flanagan escreve:

"Acabou a digressão da peça. Tivemos imensas reacções positivas. Foi muito interessante ouvir algumas reacções da Escola Manor (onde estou a tirar Inglês do 9º Ano). Depois de nos verem, o professor deles e o meu também falaram com eles sobre isso uma aula inteira, e disseram-me que eles ficaram muito impressionados pelo facto de nos termos erguido e falado sobre as nossas deficiências. Não pensavam que eles conseguissem fazer aquele tipo de coisas. Excita-me imenso ouvir coisas assim e também ouvir que algumas crianças conheceram pessoas com deficiências e souberam o que elas eram. O público compreendeu todo a mensagem da peça que era para reforçar o facto de que ainda que tenhamos uma deficiência, por dentro somos iguais a qualquer outra pessoa. Montar a peça foi uma experiência fantástica." (International Disability & Development Consortium, 2000, #544)

Escutar as opiniões das crianças

As crianças portadoras de deficiências conseguem expressar, e expressam, as suas opiniões sobre as questões que lhes dizem respeito. Os adultos podem aprender ao escutarem as suas opiniões, e levá-las a sério.

O processo de participação beneficia a criança portadora de deficiências e traz conveniências - encorajar a capacidade da criança de ter uma palavra a dizer no evoluir dos acontecimentos, e a participar activamente numa sociedade democrática.

- Uma solução para assegurar o respeito pelo ‘interesse superior da criança’ é escutar as opiniões das próprias crianças portadoras de deficiências.
- Escutar a voz e as opiniões das crianças pode ser uma parte integrante e informativa do melhoramento da prática de programas e serviços inclusivos.

Presentemente, os adultos tendem a ter de justificar o consultar das crianças sobre decisões sérias e a demonstrarem primeiro que a criança é competente. Mas o procedimento é reversível quando os adultos partirem da premissa que a criança é competente para entender, e pode ter opiniões, e talvez queira ter uma palavra a dizer. É mais fácil demonstrar quando uma criança não é competente, ou não se quer envolver, que quando ela quer. (Alderson, 2000, p.114, #578)

O Sr. Paul Mumba, professor do ensino primário na Zâmbia, descreve a sua experiência da ‘Democratização do Ensino Primário’. As opiniões dos estudantes dele são fundamentais para decidir o que deve ser ensinado e como, bem como na sua auto-avaliação e da aprendizagem uns dos outros. Ao mesmo tempo, em vez de aceitar o modelo da Unidade Especial do Ensino Especial que foi imposto à escola, as crianças portadoras de deficiências são antes acolhidas na sala de aula normal, onde o principal recurso é o apoio das crianças não deficientes. Porque o processo educativo assenta na participação democrática, as crianças portadoras de deficiências são igualmente encorajadas a expressarem as suas opiniões sobre o seu processo de aprendizagem. (Mumba, 2000, #392)

As famílias com crianças portadoras de deficiências com dificuldades de aprendizagem têm estado envolvidas na campanha para um ensino inclusivo durante muitos anos [no RU]. Durante o trabalho de campanha, as famílias desejam apoiar as suas crianças portadoras de deficiências a falarem e a dizerem o que pensam. Isto foi alcançado com o apoio dos pais depois de se associarem a pessoas deficientes com dificuldades de aprendizagem, normalmente por via de um grupo People First. Este desejo tem de ser o ponto de partida para que todas as crianças sejam capazes de dizerem o que pensam, com o tipo de apoio apropriado...

As crianças portadoras de deficiências com dificuldades de aprendizagem têm-se envolvido ao expressarem o que pensam sobre o desejarem entrar para a escola normal da sua escolha, dizendo ao município local e ao governo que precisam de mudar as suas regras, políticas e leis para que todas as crianças possam ir à mesma escola. (*Aspis, 1999, #550*)

O Serviço de Reabilitação Baseado na Comunidade em Pokhara, no Nepal, promove a inclusão das crianças portadoras de deficiências nas escolas normais (entre muitas outras actividades). Foi recentemente implementado um programa de formação de professores para professores com crianças com incapacidades físicas nas suas aulas. Os participantes incluíam não só professores, mas também pais e alunos deficientes. Em grupos, pediram-lhes que discutissem e analisassem alguns sucessos e problemas que tenham experimentado na escola, os quais eles apresentariam de

seguida a todo o grupo. O resultado foi que as preocupações concretas das crianças portadoras de deficiências foram subsequentemente tratadas pelos professores e pais, e os adultos adquiriram um novo respeito pelas opiniões e capacidades das suas crianças e alunos. (*Schofield-Gurung, 2000, #541*)

Foi levada a cabo uma investigação no RU para saber as opiniões das crianças portadoras de deficiências, tanto nas escolas especiais como nas escolas normais. O projecto foi concebido em conjunto com o grupo 'Jovens & Poderosos' de crianças portadoras de deficiências e não deficientes:

A coisa mais importante que aprendemos com este projecto é que sem respeito é impossível para os mais novos terem voz na concepção do seu próprio futuro. Os jovens nas escolas normais tiveram quer elogios quer críticas para os adultos que trabalham com eles, mas foi-lhes conferido poder ao tornarem conhecidas as suas opiniões num relatório público. (*Wilson & Jade, 1999, #497*)

A educação

Muitos exemplos são de países e de comunidades com recursos materiais limitados, indicando que a boa prática inclusiva não depende antes de mais dos recursos generosos mas dos valores e do comportamento das pessoas e da utilização apropriada e da redistribuição dos recursos.

Há presentemente muitos exemplos de plena inclusão bem sucedida das crianças portadoras de deficiências a todos os níveis: pré-escolar, primário, secundário e universitário.

A educação começa em casa, e mesmo para as crianças com incapacidades severas, apoiar o seu desenvolvimento - e.g., a jogarem, a comunicarem, a vestirem-se sozinhas - vai-lhe conferir poder para acederem a outros direitos.

As ONGs actuam como um catalisador para o ensino inclusivo:

Douentza é a região mais pobre do Mali ... só 8 por cento das crianças frequentam a escola... a SC do RU iniciou um processo de consulta que revelou que os aldeões queriam que as suas crianças fossem à escola...

Criaram-se e deu-se formação a Comités Escolares em duas aldeias e estabeleceram-se os princípios orientadores. Seleccionou-se gente comum da comunidade local para professores. Os aldeões adaptaram o currículo e os materiais escolares de modo a reflectirem a experiência das crianças da aldeia. A comunidade concordou em construir duas salas de aulas no primeiro ano e a seguir uma por ano até terem seis salas de aulas. Os pais contribuíram para os salários dos professores. A SC do RU apresentou como não negociável um número de lugares igual para raparigas e a inclusão das crianças portadoras de deficiências. A nomeação de uma mulher, que tinha a responsabilidade exclusiva pelo recrutamento de raparigas e crianças portadoras de deficiências para todos os conselhos directivos, assegurou o sucesso desta política de igualdade de oportunidades.

As barreiras que excluem as crianças portadoras de deficiências das escolas não são de modo nenhum raras para as crianças portadoras de deficiências - há contudo questões que são específicas da inclusão das crianças portadoras de deficiências.

Uma outra ONGI, a Action on Disability & Development (ADD), levou a cabo um estudo e uma campanha de sensibilização sobre questões de deficiência que permitiu aos comités escolares identificar as crianças portadoras de deficiências

em idade escolar que podiam estar matriculadas.

“Para começar tínhamo-nos comprometido a incluir crianças portadoras de deficiências, mas não acreditávamos de facto que elas pudessem estar na escola. Agora já vimos por nós próprios, e passámos do compromisso à convicção.”

Um total de 11 crianças de 9 aldeias tinham começado a frequentar as duas escolas locais. Estas incluíam crianças com problemas de mobilidade, incapacidade visual e incapacidade auditiva. Na altura da revisão do projecto, 8 continuavam a frequentar e eram vistas com estando incluídas com sucesso. Duas crianças abandonaram a escola devido a um atraso em conseguirem os triciclos prometidos. Isto foi por culpa das ONGs. A outra criança que saiu era uma rapariga surda. Os pais acharam que ela não estava a aprender nada e que iam dar prioridade à aprendizagem do trabalho doméstico. A situação das crianças com deficiências de aprendizagem não é clara.

É muito raro que as comunidades dêem espontaneamente prioridade às crianças e aos adultos deficientes. Isto não acontece por elas não acreditarem que as crianças portadoras de deficiências devam ser incluídas. É que simplesmente por elas não terem acesso a exemplos de prática positiva ou de bons modelos a seguir. É necessário um catalisador que promova a questão - venha ele do exterior ou de dentro. A SC do RU e a ADD foram os catalisadores em Douentza. Insistiram que as escolas comunitárias teriam de ser inclusivas desde o início. (Stubbs, 2000, pp.8-9, #545)

O meu filho Ahmed tem paralisia cerebral. Ele está muito mais fraco dos membros inferiores e não consegue andar. Não se consegue mexer como as outras crianças que costumavam fazer troça dele. Deixou de ir à escola durante quatro anos. Depois de um estudo, o meu filho foi registado no projecto RBC, e após isso o funcionário da RBC visitou-o regularmente, ensinou-o a sentar-se como deve ser, e ensinou-o a ler e a escrever, a identificar coisas e a tentar andar. Ele recebeu uma cadeira da RBC que o ajuda a sentar-se como deve ser, e uma armação com rodas que o ajuda a andar. A RBC ajudou a família a voltar a matricular a nossa criança na escola, onde os professores têm dado muito apoio. O meu filho também diz que agora tem amigos, são o Agnan, o Abeer, o Ayat, o Ahmed, o Mohamed, o Shamsan, o Khaled e outros.

A nossa atitude anterior era de tristeza e desespero, porque o nosso filho estava tão infeliz e tenso do ponto de vista psicológico, ficava acordado quase toda a noite e não gostava de fazer nada. Ele agora está mais descontraído, dorme melhor e é mais positivo. Consegue ir à casa de banho e veste-se sozinho, graças aos esforços dos funcionários da RBC. Reparámos como a atitude dos nossos vizinhos mudou em relação ao Ahmed, e como outras crianças da vizinhança brincam com ele. Ele agora sente-se tão bem que já vai à escola outra vez. (*SC da Suécia, lémen, 2000, #368*)

O Duong teve paralisia cerebral quando tinha 3 anos. Não o levaram para o centro de reabilitação porque ficava longe da casa dele e a família era pobre. Ele passou este tempo todo na cama. Dia após dia a deficiência dele foi piorando. Parecia um sapo quando estava deitado.

Quando o Duong tinha 15 anos, a família dele foi abrangida no projecto Cuidados na Comunidade apoiado pela SC do RU. Um voluntário e os pais do Duong reconheceram que, embora não conseguisse ter-se de pé ou comunicar, ele era inteligente. Ele deparava-se com muitos obstáculos sociais, como sejam o ensino e a saúde. A actividade dele podia ter melhorado com terapia da fala e fisioterapia. Ele queria ir à escola, mas na sua região não existiam programas de ensino especial nem de ensino inclusivo.

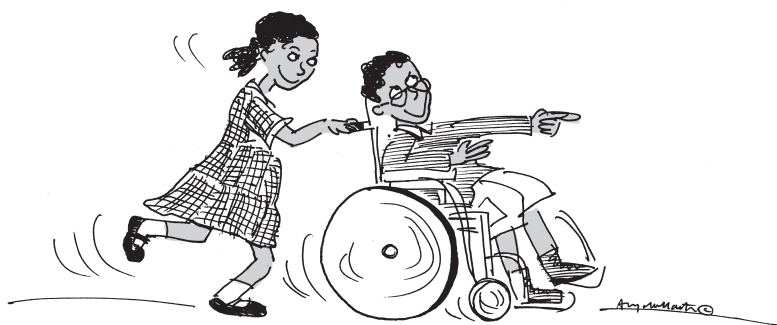
Como é que ele podia ser apoiado? Um voluntário e os pais dele apoiaram a sua integração na sociedade. O voluntário ensinou-o em casa. Como ele não conseguia falar, nem segurar numa caneta, o voluntário utilizou com ele materiais concretos. Por exemplo, ensinou-o a juntar letras de plásticos individuais para construir uma palavra. O voluntário começou com palavras simples para ele se acostumar ao exercício. Após três meses, o Duong conseguia gradualmente ler jornais com letras grandes. Está agora a criar poemas com mais entusiasmo e confiança.

A experiência de aprendizagem do Duong alterou o pensamento e as atitudes do seu professor e dos pais. Se uma criança portadora de deficiências não consegue ir à escola, então a escola deve chegar até ele. (*Tran, 2000, #342*)

A Momello vive na aldeia de Tanka no Lesoto. Ela sofre de osteomielite, o que significa que não pode andar sem se arriscar a ficar ferida. Quando era nova, a mãe costumava trancá-la em casa quando ia para o campo.

No decorrer das visitas, a coordenadora de saúde falou com a mãe da Momello, chamando a atenção para o facto de a Momello ainda poder fazer muitas coisas e que, de qualquer modo, ela precisava de oportunidades para fazer amigos e brincar com as outras crianças. A mãe começou por deixar a Momello sentar-se lá fora e as outras crianças começaram a ser amigas dela. Este foi um primeiro passo importante dado que ela fez uma amiga muito particular, a Liektseng, que a visitava regularmente, carregando com ela às costas pela aldeia e ensinando-a a ler, a escrever e a fazer malha.

Quando o programa Child-to-Child, em que as crianças ensinam outras crianças, começou na escola local, uma das crianças falou ao professor sobre ‘aquela que não consegue andar’. Começaram a enviar trabalhos de casa para a Momello e pediram-lhe que se juntasse a elas na escola, dizendo que a trariam até lá todos os dias num carrinho de mão. Contudo, isto veio a ser impossível - a estrada estava tão esburacada que temiam que ela pudesse partir mais ossos. Em conjunto, as crianças, os professores e os pais organizaram a construção de uma estrada melhor para a Momello poder frequentar a escola. Estão agora a angariar fundos para comprarem uma cadeira de rodas para a Momello. (*Equipa de Avaliação da SC do RU, 1996, #510*)



Cumprir o Artigo 23.º: remover os obstáculos ao acesso

Têm sido vários exemplos de boa prática inclusiva em que se recorre às aptidões e recursos existentes da família e da comunidade. Em algumas ocasiões, como reconhece o Artigo 23.º, as crianças portadoras de deficiências precisam de ‘cuidados especiais’ adicionais - o termos mais apropriado talvez seja ‘dispositivos adequados’ para melhorar o acesso e para promover os seus direitos. Isto pode ocorrer de diversos modos.

“Os professores têm medo de estar com o meu filho na escola. Estão sempre a mandá-lo para casa. Por que é que eles não se informam sobre a epilepsia?”
(KAACR, 1998, #475)

Fomentar a compreensão e as aptidões das famílias e da comunidade

Muitos dos exemplos nos nossos dados, ainda que discriminatórios, negligentes ou abusivos, parecem assentar tanto na ignorância - falta de informação, de conhecimento, aptidões, etc como numa intenção deliberadamente negativa. Isto certamente que não significa que o impacto sobre a criança é de algum modo menor, mas dá-nos uma ideia do tipo de soluções que podem ser necessárias.

Conclui-se que um factor comum a muitos exemplos de boa prática é a partilha de *informação, conhecimento e aptidões*.

- **Os especialistas** como um recurso: Há excelentes exemplos de especialistas - os funcionários de RBC, os terapeutas, os professores - a trabalhar de um modo que habilita as crianças a acederem aos seus direitos.
- **As redes de apoio** como um recurso, para partilhar ideias e exemplos de boa prática, são muito importantes, especialmente em partes do mundo flageladas pela falta de informação.
- **Os líderes locais** como um recurso, que pode ser crucial para assegurar um impacto a longo prazo, ao contribuírem com o seu conhecimento, redes de relações e influência na comunidade local.
- **Os projectos-piloto** como um recurso: A abordagem 'piloto' para uma implementação pode fornecer tanto uma visão daquilo que é possível, como uma oportunidade de aprendizagem para as pessoas cometerem erros e desenvolverem novas compreensões e aptidões.

O Yousef é uma criança de dez anos com dificuldades de aprendizagem. A família dele acreditava que ele era ‘estúpido’. Sentiam vergonha dele já que ele não conseguia ‘compreender, diferenciar, etc’ o que estava certo ou errado. Os pais do Yousef continuavam a andar de instituição em instituição, a pedirem ajuda.

Começou então o programa RBC. Uma funcionária da RBC visitava a família todas as semanas. Ela fazia exercícios com o Yousef e ensinou à mãe e aos irmãos técnicas para o desenvolvimento dele. Falou com a criança e a família, ajudando-os a explorarem o como eles conseguiam entender-se e a comunicarem amor e atenção.

Estava a começar um novo programa escolar que permitia às crianças com deficiências a frequência de aulas normais. Por que não o Yousef? A família estava hesitante. Apesar de tudo, o Yousef estava protegido e era cuidado em casa. No entanto, com mais persuasão tudo mudou. O Yousef era para frequentar o 5º ano, o que foi uma sorte, porque o primo dele frequenta a mesma classe e estava na disposição de apoiar o Yousef.

O ser capaz de se juntar e de se misturar com os seus pares teve um impacto fantástico no Yousef. Em apenas alguns meses, ele mostrou mais evolução do que nos seus primeiros dez anos.

Alguns professores ainda não estão bem formados para aceitarem o Yousef. Por isso se ele chega tarde à escola e não consegue responder a uma questão, é-lhe pedido que saia da aula, e lá vai ele. Isto está a mudar porque o programa está a formar cada vez mais professores.

Antes, alguns estudantes eram desagradáveis para com ele. Costumavam fazer piadas sobre ele. Ele batia-lhes e dizia-lhes

Os pilotos mais bem sucedidos têm uma estratégia para controlar, rever e para novos desenvolvimentos implantada desde o início.

palavrões. Isto está a mudar, graças ao primo e aos irmãos dele que conseguiram convencer mais crianças a aceitarem o Yousef. (*SC da Suécia, Médio Oriente, 1999, #429*)

Na Zâmbia, muitas crianças pobres ficam doentes com malária cerebral e meningite. Estas doenças podem resultar em deficiências. Contudo, a intervenção e a reabilitação atempada podem ajudar o desenvolvimento destas crianças. A Action on Disability and Development (ADD) tem a funcionar sessões clínicas semanais nos salões religiosos ou em salas de aula vazias em quatro dos bairros mais pobres de Lusaka. Os fisioterapeutas trabalham directamente com as crianças e dão aconselhamento e formação às suas famílias. Para as mães é fácil e barato virem a estas sessões clínicas e estas têm um grande efeito na saúde e no bem-estar das crianças.

O Kennedy Kimanga era uma destas crianças. Aos dois anos ele não conseguia gatinhar nem caminhar. Agora, com sete anos, ele já anda. Este ano entrou para o 1º ano da sua escola local - um triunfo, já que 95 por cento das crianças portadoras de deficiências na Zâmbia não recebem educação. Ensinaam-se exercícios à avó dele, a Nelly, para que a formação pudesse continuar em casa. A ADD está agora a formar fisioterapeutas para apoiar outras crianças com deficiências. (*Action on Disability & Development, 1996, #512*)

Os pais sócios da Sociedade do Lesoto para as Pessoas Mentalmente Incapacitadas tornaram-se mais sensíveis às necessidades das suas crianças, e estão a prestar ajuda e a aconselhar os professores sobre como lidar com as suas crianças na escola. São convidados a dar palestras e a partilharem a sua experiência durante os cursos dos professores. (*EENET, 1998, #388*)

Paquistão: O envolvimento dos líderes/professores religiosos na implementação do projecto [sobre a deficiência] foi uma decisão crucial... A sua descoberta dos direitos das crianças e a sua interpretação à luz do Corão e da Sura alterou por completo a sua atitude. Eles são presentemente os maiores defensores dos direitos das crianças, especialmente das deficientes. Estão a usar os sermões das Orações de Sexta-feira para difundirem esta mensagem pela comunidade e nas palavras de um líder religioso “cuidar das crianças portadoras de deficiências e fazer o bem pela humanidade faz parte do Islão”. E ainda um outro líder religioso contou-nos numa reunião que, quando as pessoas o abordavam e falavam sobre a deficiência, “Eu perguntava-me, ‘Vale a pena fazê-lo?’ Após a contínua motivação delas eu disse para comigo ‘Sim, isto pode valer a pena’ mas depois da formação sobre a CDC e a deficiência eu disse para comigo ‘Sim, isto é a ÚNICA coisa que gostava de fazer’, i.e., comprometeu-se com a integração das crianças com deficiência.” (*Radda Barnen, 1998, p.3, #57*)

Em Adis Abeba, a Save the Children da Suécia apoia um programa-piloto de ensino inclusivo para as crianças com deficiências de aprendizagem. Os objectivos são desenvolver um programa viável, partilhar lições que se tenham aprendido, e promover os direitos das crianças. Por ora os resultados têm sido positivos: os estudantes normais têm ajudado os seus colegas deficientes, e os professores, os administradores e os funcionários de educação estão cada vez mais entusiasmados. (*Haile & Bogale, 1999, #335*)

A Sra. Thao e o marido têm cada vez mais confiança quanto ao seu filho Viet, de 18 meses, que tem Síndrome de Down. Já não se preocupam em saber de quem foi a culpa, ou onde o levar para o curarem, e prestam menos atenção ao que as outras pessoas dizem. Levam-no a sair muito mais vezes, e até o levaram a Hanói quando a Sra. Thao estava num seminário, e concentram-se em ajudá-lo a desenvolver-se e a aprender. Ele aprendeu várias palavras novas, e consegue imitar diversas actividades. De acordo com os funcionários do projecto da SC do RU, aquilo que ajudou os pais foi verem um vídeo de crianças mais velhas com Síndrome de Down a realizarem actividades quotidianas, e a informação escrita de forma clara que lhes foi fornecida sobre o Síndrome de Down. (Jones, 1999, #560)

A protecção contra o abuso e a negligência

São poucos os exemplos documentados que se concentram especificamente na protecção contra o abuso e abandono de crianças portadoras de deficiências. Ao mesmo tempo, o trabalho que promova a não discriminação, a sobrevivência e o desenvolvimento, e escute as opiniões das crianças, pode, pela sua natureza, contribuir para a protecção contra o abuso.

Há muitos bons exemplos que referem abordagens que trabalham em cooperação com as famílias e os que cuidam das crianças portadoras de deficiências. Eis algumas das características principais destes bons exemplos:

- o apoio directo às famílias: a informação, o aconselhamento, as aptidões que ajudem os pais a cuidarem das suas crianças
- acesso melhorado aos serviços
- redes de apoio onde é necessário, e.g., grupos de pais, organizações de pessoas deficientes, serviços de saúde, escolas, etc
- abordagens não institucionais para apoiarem as crianças portadoras de deficiências.

A verdadeira protecção implica reconhecer não apenas as necessidades mas também os direitos da criança portadora de deficiências, ajudar as crianças a desenvolverem aptidões e confiança que lhes permita protegerem-se a si próprias, por outras palavras, a tornarem-se mais independentes, e participantes activos na realização dos seus direitos.

A protecção contra o abuso sexual

Encontraram-se muito poucos exemplos de uma boa prática nesta área. Mais uma razão, portanto, para promover e difundir amplamente a informação que existe.

Características principais dos poucos exemplos de boa prática:

- proporcionar informação num formato que seja claro e fácil de perceber
- reforçar a confiança dos jovens deficientes
- acima de tudo, ensinar os adultos a escutar e a responder.

A desinstitucionalização

Reconhecendo-se que as grandes instituições não são os melhores sítios para criar e educar crianças, mas que não é possível acabar com elas de um dia para o outro, estão a ser feitos esforços para melhorar as práticas nas instituições existentes de modo a proporcionarem um ambiente mais conveniente para as crianças. As abordagens incluem:

- reagrupar as crianças no interior das instituições existentes em grupos ou unidades mais pequenos em 'estilo familiar', onde as crianças de diferentes idades, géneros e capacidades vivam em pequenos grupos com preceptor/es
- substituir as grandes instituições por lares de grupos mais pequenos e familiares, por vezes dentro da comunidade
- melhorar as práticas de protecção contra o abuso de crianças portadoras de deficiências em instituições
- e a longo prazo, desenvolver alternativas ao internamento

A RAPSODY - Investigação e Acção que Promova a Segurança das Crianças portadoras de deficiências - é uma nova organização de caridade do RU estabelecida em 2000, cujo propósito é ser um ponto focal para recolher e difundir informação sobre a boa prática no campo da protecção das crianças portadoras de deficiências contra o abuso. (*Merry Cross, email, 2000, #547*)

O projecto Ho Chi Minh City Care in the Community (CiC) apoia as famílias com crianças portadoras de deficiências. Muitos pais expressaram receios quanto aos seus filhos adolescentes, especialmente as raparigas com dificuldades de aprendizagem, e à sua vulnerabilidade ao risco e ao possível abuso. Por causa dos receios das famílias, muitas destas raparigas eram excessivamente protegidas, e raramente saíam de casa da família sozinhas.

O CiC iniciou um projecto para apoiar as mães a fornecerem às suas filhas o conhecimento e as aptidões para se protegerem a si próprias. Foi preciso encontrar maneiras simples, já que muitas das raparigas nunca frequentaram a escola. Por exemplo, uma actividade envolvia identificar as partes do corpo: quais são aquelas que as outras pessoas podem tocar, e.g., as mãos, e quais são as que os outros não podem tocar. O propósito é que as jovens se sintam mais confiantes quanto a dizerem "Não" sobre o que elas gostam e não gostam, e as famílias sentir-se-ão mais confiantes quanto à sua capacidade de se protegerem a si próprias na comunidade. (*Tran, 2000, comunicação pessoal, #515*)

Toda a gente gostaria de ver o encerramento do Orfanato de raparigas em Hincesta, na Moldovia, mas esta é uma tarefa imensa. Os três Lares de Pequenos Grupos em Chisinau foram criados como projectos-piloto para mostrar como as crianças com deficiências podem ser gradualmente reintegradas com as suas famílias. O município local assumiu agora os custos totais da sua gestão. (*European Children's Trust, 2000, #559*)

A Chailey Heritage é uma grande instituição [governamental] no RU que presta serviço às crianças com incapacidades complexas. Foram realizados progressos no tratamento das questões de protecção à criança através de uma abordagem multifacetada:

1. Formação do pessoal. Todos os funcionários têm de ser submetidos a formação contínua concebida para ensinar a respeitar os direitos das crianças portadoras de deficiências.
2. A questão da protecção da criança está pública e constantemente em agenda. Não só têm lugar processos normais de verificação na entrevista, como os candidatos recebem informação antes e durante a entrevista de que existe grande sensibilização face ao abuso infantil na Chailey e que são tomadas todas as medidas para o prevenir e lidar com ele rapidamente se for necessário. Espera-se que isto venha a dissuadir pessoas que sabem que os seus nomes não seriam considerados num inquérito policial (i.e., aqueles com

uma condenação criminal por um delito contra uma criança), mas que cometeriam um delito se lhes fosse dada a oportunidade.

3. O processo de protecção é meticoloso, sendo o pessoal formado para relatar de imediato receios e segundo procedimentos muito claros.
4. É feito um grande esforço para maximizar a comunicação com todas as crianças, quer por ser claramente uma boa prática, quer também por ser um dissuasor para aqueles que têm as crianças como alvo porque elas 'não conseguem contar'.
5. Os enfermeiros de protecção à infância no interior da Chailey associaram-se com os especialistas locais em protecção infantil, para articularem aptidões e assegurarem que sempre que haja uma alegação, as crianças serão entrevistadas de modo apropriado, quer elas usem comunicação verbal ou não verbal, incluindo todas as crianças que podem ter estado expostas a um infractor, mesmo se elas próprias não fizeram qualquer alegação.
6. Foi estabelecido um grupo de utentes do serviço que desenvolveu uma Carta dos Direitos das Crianças, em que todas as crianças são o mais possível sensibilizadas e a que se espera que todos os funcionários obedeçam. O grupo continua enquanto grupo de auto-defesa dos seus direitos. (*Merry Cross, 2000, e-mail, #548*)

As situações de crise

Foram documentados muito poucos exemplos de boa prática com crianças portadoras de deficiências em situações de crise. Não se encontrou nenhuma que se relacionasse especificamente com o VIH/SIDA.

Documentaram-se alguns exemplos de boa prática em situações de refugiados, demonstrando que é possível provocar mudanças.

É possível demonstrar que as situações de emergência e de crise podem fornecer uma oportunidade para desafiar sistemas e práticas, e experimentar novas abordagens.

Em Angola, onde a SC do RU tem promovido um programa activo de encontrar as famílias das crianças em grandes instituições geridas pelo governo, estão agora a ser apoiados lares de grupos familiares ligados a estas instituições. Isto permitiu às viúvas deficientes (por exemplo as mulheres que ficaram feridas em acidentes com minas anti-pessoais) continuarem a cuidar das suas crianças num ambiente caseiro. Foi promovido o sustento das unidades através da atribuição de parcelas de terra. (*Bracken & Petty, 1998, p.164, #504*)

Um dos projectos mais ambiciosos da Parceria com o Leste Europeu (PLE) é o desenvolvimento de cuidados comunitários para as pessoas mentalmente deficientes. Subsidiado pela União Europeia, este projecto já vem a decorrer há doze meses. Tem por objectivo ajudar as organizações locais - tanto as ONGs, como sejam as associações de pais, como as organizações governamentais oficiais - a focarem-se num sistema de cuidados para adultos e crianças com deficiências mentais mais assente na comunidade. A intenção é modificar finalmente o regime institucional a que as pessoas com deficiências de aprendizagem foram anteriormente consignadas, oferecendo-lhes alternativas. As más condições de vida e a falta de tratamento apropriado em algumas instituições atraíram fortes críticas da imprensa britânica no início deste ano.

A PLE está a trabalhar neste projecto com a Sociedade Nacional Búlgara de Apoio a Pessoas com Incapacidade Mental, e com outras duas organizações externas... As medidas práticas consideradas no projecto incluem o estabelecimento e a gestão de centros de dia, o desenvolvimento de cursos de formação para os monitores e a introdução de um sistema que assegure a qualidade. (*Parceria com o Leste Europeu, 1995, #492*)

Algumas das medidas de emergência adoptadas durante a guerra oferecem agora a esperança de um futuro diferente para as crianças portadoras de deficiências. Ironicamente, a destruição do velho sistema oferece uma excelente oportunidade para a mudança. O influxo de agências internacionais de uma ampla variedade de países oferece igualmente uma excelente oportunidade para comparações e para aprender sobre os sucessos e os fracassos dos modelos de outros países. Como me contou a Nermina Corhodzic, a mãe de uma criança do Centro Koraci Nade:

“É irónico que durante a guerra não aceitavam a minha filha em lado nenhum e eu só tinha como recurso viajar até este centro. Não pensei que fosse tão bom como uma instituição, e funcionava de uma maneira estranha. No velho sistema nunca víamos progressos, mas agora podemos ver uma melhoria muito maior na condição dela. Ela consegue fazer muito mais coisas e está mais feliz. Agora consigo ver outras possibilidades de futuro para ela. Não é estranho que tenha sido necessária uma guerra tremenda como esta, para termos um centro assim?” (*Hastie, 1997, p.21, #579*)

O ACNUR e a Aliança Save the Children deram início à Acção para os Direitos das Crianças (ADC) em 1997 como uma resposta directa ao Estudo da ONU sobre o Impacto do Conflito Armado sobre as Crianças (Machel, 1996). O primeiro objectivo da ADC é aumentar a capacidade dos funcionários no terreno do ACNUR, do governo e das ONGs de protegerem e cuidarem das crianças e adolescentes em situações de emergência através de soluções duradouras.

A ADC é um compêndio de linhas de orientação, questões críticas, estudos de caso e de material de formação participativo que encoraja os trabalhadores no terreno e os programadores de medidas a integrarem a sua experiência em situações regionais. O seu conteúdo divide-se em duas secções: Fundamentos e Questões Críticas.

Há factores múltiplos e complexos que se interrelacionam entre si e afectam o bem-estar das crianças e dos adolescentes. É vital que as nossas respostas às necessidades das crianças e dos adolescentes sejam tratadas através de uma abordagem multisectorial. Os fundamentos são temas transversais como sejam procedimentos e princípios legais, o desenvolvimento da criança e do adolescente, a análise da situação, mobilização da comunidade, etc. As questões críticas relacionadas com situações específicas incluem: crianças separadas, crianças-soldado, exploração e abuso, e o trabalho com as crianças portadoras de deficiências. (*ACNUR & Aliança SC, 2000, #580*)

Capítulo 3

O que podemos fazer?

Esperamos que esteja a ler isto com o propósito de conseguir ideias para aplicar no seu próprio trabalho. Este Capítulo oferece algumas ideias do que pode ser posto em prática.

Utilizar a Convenção para promover a mudança

Compreender o processo de controlo da aplicação da Convenção

Um Comité da ONU controla a aplicação da Convenção nos países que a ratificaram. É requerido aos países que apresentam relatórios sobre a aplicação ao Comité dentro de dois anos da ratificação e todos os cinco anos daí em diante.

Depois de ser entregue, o Relatório Nacional é posto a circular entre os membros do Comité, as outras agências da ONU e as ONGs. Qualquer informação suplementar por parte destas organizações é bem-vinda. Têm lugar sessões prévias com os grupos de trabalho para analisar o Relatório Nacional e definir as questões a discutir com o governo. Para além de cada Relatório Nacional, o Comité tem em consideração informações de outras organizações sobre esse país, incluindo relatórios das ONGs que podem ser convidadas a comparecer em pessoa.

Uma ‘Lista de Questões’ é então enviada a todos os governos para que preparem a sua discussão plenária

que tem carácter público. Contudo, só o Comité e os representantes governamentais tomam de facto parte na discussão. As contribuições das ONGs surgem na etapa preparatória.

No final, o Comité torna públicas as suas Observações Finais, incluindo as recomendações que abrangem as questões que preocupam o Comité, as quais podem assumir um carácter instrumental ao apontarem direcções para acções futuras a inserir nos programas do país. As ONGs podem utilizar estas Observações Finais como suporte para as suas actividades de defesa dos direitos e de exercício de pressão a um nível governamental e político. As Observações Finais estão à disposição no *website* da RIDC. Os relatórios governamentais e os relatórios das ONGs estão igualmente à disposição neste *website* e no *website* do ACNUR.⁸



Para todos!

Como elaborar relatórios

As Linhas de Orientação em Vigor sobre a elaboração de relatórios referem a inclusão das questões relativas às crianças portadoras de deficiências no Artigo 23.º, Saúde e Bem-estar Básicos. Muitos Relatórios Nacionais incluem-nas *apenas* no Artigo 23.º, i.e., separadas das outras crianças, o que reforça a ideia de que as crianças portadoras de deficiências estão separadas e são diferentes com necessidades diferentes que tem de ser tratadas separadamente. Este formato também não ajuda em nada a alteração da ênfase tradicional colocada na saúde e no bem-estar das crianças portadoras de deficiências, em vez de num acesso e numa inclusão iguais.

⁸ Os endereços estão em <http://www.unhcr> e <http://www.crin.org>

É necessário que se clarifique que o papel do Artigo 23.º é facilitar o acesso a *todos* os outros direitos, que ‘as medidas apropriadas’ se devem concentrar não só na reabilitação das incapacidades, mas também tratar da questão dos obstáculos na sociedade, seja em termos de acesso físico, de distribuição dos recursos, de aptidões práticas, ou do comportamento dos outros.

O papel das ONGs

A Convenção sobre os Direitos da Criança é o único tratado sobre direitos humanos que atribui especificamente às ONGs um papel nos processos de controlo. Em muitos países as ONGs formaram uma Coligação sobre a Convenção, cujo papel inclui:

- suscitar a sensibilização sobre a Convenção, o seu conteúdo e os seus mecanismos
- controlar as medidas governamentais no sentido da sua aplicação
- a compilação de dados sobre o estatuto das crianças no país
- a entrega de informação ao governo
- o propor de medidas de reforma
- dar ‘aconselhamento especializado’ quando convidada dos pelo Comité da CDC
- enviar relatórios ao Comité sobre os Direitos da Criança quanto à situação dos direitos das crianças.

A um nível mais prático, as ONGs podem defender e/ou empreender elas próprias as medidas necessárias para cumprir com os critérios da Convenção.

O Comité da CDC confia fortemente na informação vinda directamente das ONGs locais que

lhes proporcione informação que os ajude a compreender a situação das crianças no país, e para formular as questões a colocar aos governos. As Coligações de ONGs estão numa posição sólida para realçarem as questões com que se deparam as crianças portadoras de deficiências que presentemente permanecem invisíveis e despercebidas.

As Coligações de ONGs necessitam da participação das ONGs solidamente comprometidas com os direitos das crianças portadoras de deficiências, para assegurar que estas não sejam postas de lado ou tratadas como uma questão de ‘mero bem-estar’.

Ao mesmo tempo, os governos e os seus ministros com responsabilidades pelas questões das crianças necessitam de informação total e precisa que lhes permita responderem de maneira realista e efectiva às necessidades das crianças portadoras de deficiências.

É comum encontrar-se um hiato enorme entre o nível político e a realidade das vidas das crianças portadoras de deficiências, tanto em termos daquilo que está escrito no papel quando comparado com o que está a acontecer no terreno, como em termos do conhecimento e do entendimento dos decisores políticos quando comparados com os das comunidades e dos implementadores. Os que tomam decisões só podem vir a adquirir o entendimento de que necessitam como base para decisões adicionais através da informação e do feedback das comunidades e dos implementadores.

As medidas políticas e a legislação só por si não chegam para promover a mudança. A Aliança SC e os seus parceiros podem exercer um papel crucial em estratégias de aplicação prática, incluindo a difusão de informação, recursos para formação, e aplicação e controlo que sirvam de guia.

Recomendações sobre o controlo e sobre a elaboração de relatórios*

- Devem incluir-se comentários relativos às crianças portadoras de deficiências tanto quanto possível em cada Artigo relevante. Por exemplo, a educação no Artigo 28.º ou no 29.º, a participação em actividades de lazer no Artigo 31, o desenvolvimento da primeira infância no Artigo 28.º ou no Artigo 6.º, aconselhamento e informação para os pais no Artigo 18.º, suscitar sensibilização que aborde a discriminação no Artigo 2.º, e por aí adiante, incluindo questões relativas à remoção de obstáculos à inclusão.
- Só as questões relativas a respostas a necessidades e incapacidades individuais, ao apoio ao acesso, etc precisam de aparecer no Artigo 23.º. Inclua não apenas a reabilitação específica de incapacidades, mas aborde igualmente os obstáculos presentes na sociedade, quer seja em termos de acesso físico e aptidões práticas, quer quanto ao comportamento dos outros.
- Assegure-se que uma ONG que trabalhe na área da deficiência se encontra representada na Coligação de ONGs do seu país.
- Os Governos devem, como determinado na CDC, tornar público o relatório governamental. Contudo, as ONGs podem pressionar o governo para se certificarem que isto acontece de facto.
- As ONGs podem sugerir questões importantes para o Comité colocar aos representantes governamentais.**

* É possível obter cópias dos relatórios por país e das ONG no *website* da RIDC ou nos *websites* do ACNUR.

** Os representantes do Grupo de Trabalho dos Direitos das Crianças portadoras de deficiências (DCD) depõem por escrito e oralmente nas reuniões prévias do Comité sobre os Direitos da Criança, no sentido de levantarem questões relacionadas especificamente com as crianças portadoras de deficiências nos relatórios dos países a serem inspeccionados. Eles podem actuar como um ponto focal para comentários e para levantarem questões em nome de organizações que possam estar impossibilitadas de comparecer à reunião. (Ver Anexo 4 para contactos detalhados.)

A Programação dos Direitos da Criança

Os membros e parceiros da Aliança SC precisam de compreender claramente o modo como os direitos das crianças portadoras de deficiências podem ser promovidos e tornados numa realidade prática. Esta secção faz uso do quadro de trabalho do programa da Aliança SC e demonstra como é que as questões relativas às crianças portadoras de deficiências fazem parte de todos os aspectos da programação.

A estratégia da Aliança SC quanto à programação dos direitos da criança identifica os seguintes cinco pontos principais.⁹

- 1) Uma análise do ponto de vista dos direitos.
- 2) Ter em vista um ambiente favorável à criança.
- 3) A abordagem intersectorial.
- 4) A dimensão da defesa dos direitos¹⁰/política.
- 5) Parcerias e trabalho em rede.

A seguinte lista de controlo pode ser utilizada com um instrumento de trabalho para melhorar o planeamento, a aplicação e o controlo do trabalho da vossa organização, para que as crianças portadoras de deficiências sejam incluídas através de todos os programas.

Pode ser igualmente utilizada com um guia sobre como recolher informação para utilizar genericamente na promoção dos direitos da criança, e mais especificamente dos direitos das crianças portadoras de deficiências. É apresentada em conjunto com a estratégia da Aliança SC, mas é aplicável a qualquer quadro de trabalho de um projecto.

⁹ Esta secção recorre a: Smith, C (2000) Draft Handbook of Child Rights Programming. Aliança SC, Grupo de Trabalho sobre os Direitos da Criança. Ainda não publicado.

¹⁰ O termo 'defesa dos direitos' tal como é utilizado pela Aliança SC refere-se às actividades de difusão mensagens sobre os direitos da criança.

Lista de controlo para incluir as questões de deficiência na Programação dos Direitos da Criança

- Nenhum programa apoiado pela Aliança SC deve ter como alvo apenas as crianças/adultos fisicamente aptos. Deverá portanto assumir-se que as crianças portadoras de deficiências e os pais deficientes são parte dos grupos-alvo.
- A melhor maneira de assegurar que existe uma perspectiva de ‘deficiência e de género’¹¹ em todo o vosso trabalho é envolver as pessoas deficientes e as suas famílias no processo de tomadas de decisão no decorrer do projecto.

1) Uma análise do ponto de vista dos direitos

Os programas baseados nos direitos da criança dependem de uma análise de até que ponto os direitos da criança estão em vigor num dado contexto. Isto requer uma avaliação feita para o grupo-alvo específico baseada na Convenção. Habitualmente esta é feita antes do início do projecto, ou quando há necessidade de reestruturar um projecto. Este tipo de análise pode ter lugar a nível local, regional ou nacional, ou no interior de grupos-alvo específicos de crianças.

Em qualquer análise de uma situação das crianças, as crianças portadoras de deficiências devem ser sempre incluídas, caso contrário permanecerão invisíveis e como resultado continuarão a ser marginalizadas.

- Qual é a situação dos direitos humanos das crianças portadoras de deficiências de acordo com o disposto

¹¹ Veja Pondo em Prática a Igualdade Entre os Géneros. Princípios de orientação para a implementação da Política da Aliança Internacional Save the Children para a Igualdade Entre os Géneros. Disponível de Save the Children UK, tel (0) 20 7703 5400, email n.hodges@scfuk.org.uk.

na Convenção? Que direitos é que estão a ser violados, e quais são os que não estão a ser cumpridos para as crianças portadoras de deficiências? Quais são as causas e as soluções possíveis?

- As raparigas e rapazes deficientes estão incluídos na investigação sobre a situação das crianças? Por exemplo, os dados estão discriminados tanto por idade e género, como também por deficiência?
- Que direitos é que as crianças portadoras de deficiências têm de acordo com as leis nacionais do país?
- De quem é a responsabilidade de satisfazer estes direitos?

2) Ter em vista um ambiente favorável à criança

A visão global do trabalho assente nos direitos da criança é avançar no sentido de ‘ambientes favoráveis à criança’, não apenas em termos de políticas governamentais e de atribuição de recursos, mas igualmente em termos de atitudes e comportamentos em relação às crianças.

Como já se viu no Capítulo 1, muitas violações de direitos estão relacionadas com atitudes e estruturas sociais e institucionais profundamente enraizadas. As mudanças ao nível das atitudes públicas e da política e do comportamento organizacionais constituem vias importantes a utilizar para progredirmos no sentido de um ambiente mais favorável à criança.

Até que ponto é que as crianças e os adultos deficientes, e as suas famílias, são consultados na concepção, no controlo e na avaliação do projecto?

- Identifique e conheça as organizações de pessoas deficientes (OPDs) locais, nacionais e regionais, as organizações de pais e as organizações que trabalham *para* as crianças portadoras de deficiências.
- Investigue a possibilidade de vir a desenvolver uma parceria apropriada para levar por diante um trabalho sobre os direitos das crianças portadoras de deficiências. (As OPDs variam grandemente quanto aos seus graus de desenvolvimento como organizações, e em termos dos tipos de deficiência que representam.)
- Exemplos de parcerias com as OPDs: contactá-las ao recrutar pessoal para os escritórios e projectos da SC e procurar recrutar pessoas deficientes, incluindo-as em cursos de formação, consultá-las sobre o desenvolvimento de estratégias nacionais e sobre a concepção, controlo e avaliação do projecto, exercer influência junto das OPD para que incorporem uma perspectiva sobre a criança no seu trabalho.

As crianças portadoras de deficiências estão incluídas no vosso programa/projecto? Se não estão - qual é a razão? Onde estão elas? O que é que as impede de participarem?

Acessibilidade

- Os edifícios (escritórios, centros, etc) que foram arrendados ou construídos para o projecto são acessíveis às pessoas deficientes da comunidade? (As pessoas com diversos tipos de incapacidade motora, de incapacidade visual e os que usam cadeiras de rodas).
- As necessidades de transporte das pessoas deficientes e das suas famílias são levadas em conta para lhes facilitar o acesso ao projecto? Os que cuidam das crianças portadoras de deficiências (pais, irmãos ou

outros familiares) muitas vezes não podem sair de casa e portanto não lhes será possível visitarem os centros para os cuidados de saúde, a nutrição e outros serviços.

Como é que o programa/projecto vai ter a mudança de atitude como alvo e assegurar que as pessoas deficientes e as suas famílias são bem-vindas e aceites?

- Actividades que suscitem sensibilidade e que tenham por alvo o pessoal e os parceiros da SC, os prestadores de serviços, as famílias e as comunidades.
- Tornar mais fácil o apoio a grupos ao nível comunitário (as mães, as famílias, os adultos deficientes, etc).

Os materiais de formação reconhecem e existência das crianças e adultos deficientes?

- Existem imagens de crianças, mães e adultos deficientes nos materiais?
- Que mensagem é que as imagens transmitem - que imagens e estereótipos das pessoas deficientes, das raparigas e dos rapazes com/sem deficiência?

Os cursos de formação reconhecem a existência das crianças e adultos deficientes?

- Os cursos de formação sobre os direitos das crianças incluem os direitos das crianças portadoras de deficiências?
- As crianças portadoras de deficiências são incluídas na formação sobre crianças refugiadas?
- Num programa de nutrição, é dada aos pais informação sobre como alimentarem a sua criança

portadora de deficiências, sobre as melhores posições, etc?

Como é que as crianças portadoras de deficiências, as suas famílias e os adultos deficientes, incluindo o pessoal do projecto, têm acesso à informação sobre a deficiência?

- Alguns projectos abriram centros de recursos sobre deficiência. Por vezes pode haver outra ONG com acesso a um vasto leque de informação.
- A informação sobre os direitos das crianças encontra-se à disposição em diferentes meios de comunicação, e.g., cassetes, gravuras grandes para que as pessoas com incapacidades visuais possam aceder à informação.

O impacto do controlo

Qual é o impacto do projecto sobre as crianças portadoras de deficiências e as suas famílias como uma parte integrante do grupo-alvo em geral? A discriminação, as atitudes e o comportamento são abordados?

O impacto deve ser medido ao nível a) do indivíduo, b) da família, c) da comunidade, d) e organizacional, incluindo o governamental.

Presença/visibilidade: as crianças/ adultos deficientes e as suas famílias tomam parte no projecto nos mesmos ambientes que as outras pessoas? (Por exemplo, estão na escola, no centro de dia, no local de trabalho?)

Participação: as crianças/adultos deficientes e as suas famílias estão envolvidos e participam na vida da comunidade de uma maneira significativa?

- Têm vindo a ser educadas convenientemente, a criarem relações, a contribuírem por via do trabalho?
- Observa-se um aumento na sua capacidade de escolha e para tomarem decisões - deixando de ser

passivas para passarem a ser activas? (Ao falarem em reuniões, as crianças portadoras de deficiências fazem as mesmas escolhas que as crianças não deficientes - ‘conferir poder’)?

Conhecimento e aptidões: observa-se um aumento no nível de conhecimentos e aptidões das pessoas deficientes e das suas famílias?

Respeito: Observa-se um aumento no respeito demonstrado pelas crianças portadoras de deficiências/adultos e pelas suas famílias?

- Decréscimo no abuso e apreço pelas suas capacidades e contribuições?

3) A abordagem intersectorial

Dado que os direitos não podem ser aplicado isoladamente uns dos outros, e dado que as causas da sua violação são muitas vezes multisectoriais, é exigida uma abordagem intersectorial.

- Quais os ministros que têm responsabilidade pelas questões relativas à deficiência? As questões de deficiência são da responsabilidade única de um ministro, ou todos os outros ministros relevantes - da Educação, da Saúde, da Assistência Social, dos Transportes, do Planeamento, etc - possuem responsabilidade estatutária e reconhecem as suas responsabilidades face às crianças e adultos deficientes?
- Foi estabelecido contacto entre as organizações dos direitos da criança e as OPDs? Estas cooperam e coordenam esforços?
- Quais são as autoridades locais responsáveis pelas crianças portadoras de deficiências? Estabeleceu-se contacto com elas?

- As questões de deficiência estão incluídas nas políticas e no planeamento locais e nos orçamentos dos governos locais?

4) A dimensão da defesa dos direitos/política

Esta pode assumir a forma de exercer influência juntos dos governos, dos formadores de opinião, dos que tomam medidas, de investigação, de campanhas, de reformas legais ou de estabelecer capacidades para a aplicação de programas.

- Quantas crianças portadoras de deficiências vão à escola, comparadas com as crianças não deficientes? Participam em actividades juvenis, tanto quanto os jovens não deficientes?
- O que é que as próprias crianças portadoras de deficiências consideram importante para as suas vidas?
- Quais são as leis que protegem os direitos das crianças portadoras de deficiências? Quais são as lacunas que lá existem?

O Relatório sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança:

- A Convenção foi difundida junto do público em geral?
- As crianças portadoras de deficiências constam dos relatórios entregues à ONU pelo governo e pelas ONGs no vosso país? Se não é esse o caso, o que é que se pode fazer quanto a isso?
- O Comité da ONU da CDC fez algum comentário sobre a situação das crianças portadoras de deficiências que possa utilizar nas suas acções de defesa dos direitos?

Os meios de comunicação social:

- Como é que as questões de deficiência são apresentadas nos meios de comunicação social? Existem alguns estereótipos assentes no género?
- Estão a ser feitos alguns esforços para influenciar activamente os meios de comunicação e os estereótipos comuns? Que contactos é que tem com os meios de comunicação social e as redacções editoriais? Tem algum contacto com jornalistas que pudessem ajudar a suscitar a sensibilização e a promover os direitos das crianças portadoras de deficiências?
- Observa-se algum debate público sobre as questões da deficiência nos meios de comunicação social? Como será possível iniciar um debate desta natureza?
- As crianças portadoras de deficiências podem aceder aos meios de comunicação social? Podem participar na produção de meios de comunicação?

5) Parcerias e trabalho em rede

A programação dos direitos da criança funciona com base num conjunto de valores comuns que são partilhados por muitas organizações. Mesmo que o vosso programa possa não ter especificamente por alvo as crianças portadoras de deficiências, é importante que incluam qualquer rede de trabalho existente que trabalhe especificamente com crianças portadoras de deficiências. Isto assegura que as crianças portadoras de deficiências não são esquecidas, i.e., discriminadas de maneira indirecta.

- Têm contactos com as OPDs ou as Organizações de Pais?

- Quais são as outras organizações que trabalham com questões de deficiência, e que contactos é que têm com elas?
- Há alguma Coligação Nacional para o controlo da aplicação da CDC? As OPDs estão envolvidas neste trabalho?
- Existem outros possíveis aliados, e.g., instituições religiosas, organizações culturais, etc?
- Há algum material escrito sobre as deficiências e a integração das crianças com deficiência que possa ser distribuído?
- Já tentaram convocar um seminário ou sessão de trabalho para discutir os diferentes aspectos dos direitos das crianças portadoras de deficiências no interior do vosso país no sentido de suscitar a sensibilidade/conhecimento?

A defesa dos direitos e o exercer de influência - utilizar informação para promover a mudança

Como temos visto no capítulo 3, página 78, ao pormenorizarmos os cinco pontos principais da programação dos direitos da criança, os programas bem pensados não incluem apenas actividades de trabalho directo com as crianças portadoras de deficiências.

Muitos de nós reconhecem que a defesa dos direitos e a comunicação para promover a mudança são importantes, mas nem sempre estamos certos quanto ao modo de lidar com isso. Um dilema comum das pessoas que trabalham a um nível prático com as crianças portadoras de deficiências tem aqui direito a ser expresso.

Um dos maiores desafios que já tive como Presidente da Rede de Trabalho de ONGs do Uganda sobre os Direitos da Criança, cujo foco principal presentemente é o advogar dos direitos e das necessidades das crianças, é falta de material de defesa dos direitos. A nossa documentação tem sido má, com ausência de factos, mesmo quando existem imensos dados que não são aproveitados. Já recolhemos imensos dados sobre as crianças portadoras de deficiências ... Infelizmente os nossos dados não têm sido tratados de modo a nos beneficiarem a todos. (Sr. Basil Kandyomunda, Sociedade do Uganda para as Crianças portadoras de deficiências, e-mail, Setembro 2000)

As pessoas deficientes, e as pessoas que vivem e trabalham numa base quotidiana com crianças portadoras de deficiências, já possuem muita informação, alguma dela escrita, provavelmente a maioria nas suas cabeças. O problema está no que fazer com ela? Muitas vezes não é de mais informação que se precisa, mas ideias quanto aos modos de utilizar a informação que *já se possui*.

Que tipo de informação é que acha que é útil? Será que as estatísticas são mais reais do que a história de uma criança portadora de deficiências? Tem mais valor aquilo que um profissional diz do que o que o país dizem? A informação de diferentes tipos - histórias pessoais, estatísticas, notícias na comunicação social, descrições de projectos - têm todos um papel igualmente válido a desempenhar ao reforçaram-se e apoiarem-se mutuamente para apresentarem uma imagem completa, a informarem e também ao darem vida a uma questão.

Instrumentos internacionais adicionais para promover a mudança

Para além da Convenção, existem dois instrumentos internacionais que podem ser utilizados para dar força à Convenção ao proporcionarem princípios e linhas de orientação sólidas sobre o acesso e a inclusão. São eles:

- As Regras Gerais da ONU sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (Regras Gerais da ONU), 1993, e
- A Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção (1994).

As Regras Gerais da ONU são um instrumento internacional que estabelece critérios para a igualdade

e a integração de pessoas deficientes. Abrangem todos os aspectos das vidas das pessoas deficientes e mostra como os governos podem proceder a mudanças sociais, políticas e legais para assegurarem que as pessoas deficientes se tornam cidadãos plenos e iguais dos seus países.

As Regras delinham as metas para a igualdade de participação que incluem a acessibilidade, o ensino ‘em quadros integrados’, e a participação plena em todos os aspectos da vida familiar e comunitária.

A Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção foram adoptados na Conferência sobre as Necessidades Educativas Especiais de 1994, pelos representantes de 92 governos e diversas agências da ONU. Reconhecem com firmeza o papel do ensino de crianças portadoras de deficiências no interior do quadro de trabalho da Educação para Todos, estabelece que:

‘As escolas regulares com [uma] orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando uma educação para todos’ (*UNESCO & Ministério da Educação, Espanha, 1994*).

Ao contrário da Convenção, nem as Regras Gerais nem a Declaração de Salamanca possuem força de lei, mas proporcionam princípios claros internacionalmente reconhecidos e linhas de orientação que dão força à Convenção.

As Regras [Gerais da ONU] ... tornam bem claro que os direitos das pessoas com deficiências terão de ser alcançados por via de uma política de inclusão. É a combinação deste princípio e dos direitos proporcionados pela Convenção que determinam os direitos das crianças com deficiências na lei internacional. (*Jones & Basser Marks, p.186, #577*)

Recomendações de como utilizar a informação para incentivar a mudança¹²:

- Observe a informação que já possui e identifique como a poderá utilizar. A seguir procure preencher as lacunas.
- Tente encontrar um equilíbrio entre os diferentes tipos de informação e de informantes.
- Não ponha todas as crianças portadoras de deficiências na mesma categoria - reconheça a existências de diferenças de género e de incapacidade.
- Confira a exactidão da informação, não aceite sempre como válidas todas as declarações. Por exemplo “Já não se faz pouco das crianças portadoras de deficiências nesta escola.” Pergunte às próprias crianças portadoras de deficiências sobre as experiências pessoais delas.
- Respeite a confidencialidade - modifique detalhes pessoais, peça autorização para utilizar fotos. Entregue a informação ao município/autoridade local/Coligação de ONGs.
- Utilize datas ou acontecimentos importantes para chamar a atenção para a situação das crianças portadoras de deficiências, e.g., o Dia Nacional das Crianças, o Dia da Mulher, o Dia Internacional dos Deficientes, etc.
- Estabelecer contactos com jornalistas específicos que dêem cobertura favorável às vossas histórias nos meios de comunicação social.
- Cooperar com as OPDs e com as redes existentes de defesa dos direitos da criança.

¹² Alguns materiais excelentes produzidos pela Disability Awareness in Action sobre lobbying e exercício de influência juntos dos governos em questões de deficiência, para uso das ONGs, em particular das OPDs locais.

A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, em resumo

Artigo 1.º

A definição de Criança

Uma criança é considerada uma pessoa menor de 18 anos, salvo se as leis nacionais reconhecerem que atinge a maioridade mais cedo.

Artigo 2.º

A não discriminação

Todos os direitos são aplicáveis a todas as crianças sem excepção. É obrigação do Estado proteger as crianças contra qualquer forma de discriminação e tomar as medidas adequadas para promover os seus direitos.

Artigo 3.º

O interesse superior da criança

Todas as acções relativas à criança terão primordialmente em conta o interesse superior da mesma. O Estado compromete-se a garantir à criança os cuidados necessários quando os pais, ou outras pessoas que sejam responsáveis por ela, deixarem de o fazer.

Artigo 4.º

A implementação dos direitos

O Estado compromete-se a tomar todas as medidas necessárias à realização dos direitos contidos na Convenção.

Artigo 5.º

A orientação parental e o desenvolvimento das capacidades da criança

O Estado tem de respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e da família alargada para assegurar uma orientação que seja apropriada ao desenvolvimento das suas capacidades.

Artigo 6.º

A sobrevivência e o desenvolvimento

Todas as crianças têm o direito inerente à vida, e o Estado tem a obrigação de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

Artigo 7.º

O nome e a nacionalidade

A criança tem o direito a um nome desde o nascimento. A criança também tem o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, a conhecer os seus pais e a ser educada por eles.

Artigo 8.º

A preservação da identidade

O Estado tem obrigação de proteger e, se necessário, restabelecer os elementos básicos da identidade da criança. Estes incluem o nome, a nacionalidade e os laços familiares.

Artigo 9.º

A separação dos pais

A criança tem direito a viver com os seus pais, salvo se isto for considerado incompatível com o interesse superior da criança. A criança tem igualmente direito a manter-se em contacto com ambos os pais se estiver separada de um ou de ambos.

Artigo 10.º

A reunificação familiar

As crianças e os seus pais têm direito a deixarem qualquer país e a regressarem ao seu próprio país com o intuito de reunificação familiar, ou para manterem a relação entre a criança e os pais.

Artigo 11.º

A transferência e a retenção ilícitas

O Estado tem obrigação de prevenir e combater o sequestro ou a retenção de crianças no estrangeiro por um dos pais ou por terceiros.

Artigo 12.º

A opinião da criança

A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião e de que essa opinião seja tomada em consideração em questões e processos que a afectem.

Artigo 13.º

A liberdade de expressão

A criança tem direito a exprimir as suas opiniões, a obter informação, a difundir ideias ou informação, sem considerações de fronteiras.

Artigo 14.º

A liberdade de pensamento, de consciência e de religião

O Estado respeitará o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, dependendo da adequada orientação parental.

Artigo 15.º

A liberdade de associação

As crianças têm direito a encontrarem-se e a serem membros ou a formarem associações.

Artigo 16.º

A protecção da privacidade

As crianças têm direito à protecção contra intromissões na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio e na sua correspondência, e contra a difamação ou calúnia.

Artigo 17.º

O acesso à informação apropriada

O Estado assegurará o acesso das crianças à informação e documentos provenientes de fontes diversas, encorajará os órgãos de comunicação social a difundirem informação que tenha utilidade social e cultural para a criança e tomará medidas para a proteger contra documentos que sejam prejudiciais ao seu bem-estar.

Artigo 18.º

As responsabilidades dos pais

Os pais têm uma responsabilidade comum fundamental na educação da criança e o Estado apoiá-los-á nesta tarefa. O Estado assegurará aos pais uma assistência adequada na educação da criança.

Artigo 19.º

A protecção contra o abuso e o abandono

O Estado protegerá a criança contra todas as formas de maus-tratos por parte dos pais ou de outros responsáveis pela guarda da criança, e estabelecerá programas apropriados para a prevenção do abuso e para o tratamento das vítimas.

Artigo 20.º

A protecção da criança sem família

O Estado fica obrigado a dar protecção especial à criança privada do seu ambiente familiar e a assegurar que haja em tais casos cuidados familiares alternativos ou a colocação em estabelecimentos adequados. Os esforços para cumprir esta obrigação devem ter em atenção especial a origem cultural da criança.

Artigo 21.º

A adopção

Em países onde a adopção é reconhecida e/ou permitida, esta só será levada a cabo no interesse superior da criança, e só com a autorização das autoridades competentes e as garantias adequadas para a criança.

Artigo 22.º

As crianças refugiadas

Deverá ser garantida protecção especial a uma criança refugiada ou a uma criança que requeira o estatuto de refugiado. É obrigação do Estado cooperar com as organizações competentes que proporcionem este tipo de protecção e assistência.

Artigo 23.º

As crianças portadoras de deficiências

A criança portadora de deficiências tem o direito a cuidados especiais, à educação e à formação que a ajudem a apreciar uma vida plena e decente em condições de dignidade e a alcançar o mais elevado grau possível de autonomia e de integração social.

Artigo 24.º

A saúde e os serviços de saúde

A criança tem direito à melhor qualidade possível de saúde e de cuidados médicos. Os Estados colocarão uma ênfase especial no fornecimento de cuidados de saúde primários e preventivos, na educação sobre saúde pública e na redução da mortalidade infantil. Deverão encorajar a cooperação internacional em relação a isto e velar para que nenhuma criança seja privada do acesso a serviços de saúde eficazes.

Artigo 25.º

A revisão periódica do internamento

A criança que foi internada pelo Estado para fins de assistência, protecção ou tratamento tem direito à avaliação regular desse internamento.

Artigo 26.º

A segurança social

A criança tem o direito a beneficiar da segurança social incluindo o seguro social.

Artigo 27.º

O nível de vida

Todas as crianças têm o direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe primordialmente aos pais a responsabilidade de assegurar que a criança tem um nível de vida adequado. O dever do Estado é assegurar que esta responsabilidade pode ser, e é, desempenhada. A responsabilidade do Estado pode incluir auxílio material aos pais e às suas crianças.

Artigo 28.º

A Educação

A criança tem direito à educação, e o dever do Estado é assegurar que o ensino primário é gratuito e obrigatório, encorajar diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função da capacidade de cada um. A disciplina escolar deve ser consistente com o direito e a dignidade da criança. O Estado encorajará a cooperação internacional na implementação deste direito.

Artigo 29.º

Os objectivos da educação

A educação deve destinar-se ao desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos até ao limite das suas potencialidades. A educação deve preparar a criança para uma vida adulta activa numa sociedade livre e suscitar o respeito pelos pais da criança, pela sua identidade cultural própria, língua e valores, e pela sua origem cultural e pelos valores dos outros.

Artigo 30.º

Crianças pertencentes a minorias ou de origem indígena

As crianças de comunidades minoritárias e de origem indígena têm o direito a usufruírem da sua própria cultura, a praticarem a sua própria religião e utilizarem a sua língua.

Artigo 31.º

O tempo livre e as actividades recreativas e culturais

A criança tem o direito aos tempos livres, a brincar e a participar em actividades culturais e artísticas.

Artigo 32.º

O trabalho infantil

A criança tem o direito de ser protegida contra o trabalho que ameace a sua saúde, educação ou desenvolvimento. O Estado estabelecerá idades mínimas de emprego e regulará as condições de trabalho.

Artigo 33.º

O consumo de drogas

As crianças têm o direito a serem protegidas contra o consumo de narcóticos e de substâncias psicotrópicas, e de estarem envolvidas na sua produção ou distribuição.

Artigo 34.º

A exploração sexual

O Estado protegerá as crianças contra a exploração e a violência sexuais, incluindo a prostituição e o envolvimento na pornografia.

Artigo 35.º

A venda, o tráfico e o rapto de crianças

É obrigação do Estado tomar todas as medidas adequadas para impedir a venda, o tráfico e o rapto de crianças.

Artigo 36.º

Outras formas de exploração

A criança tem o direito à protecção contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspecto do seu bem-estar não abrangidas nos artigos 32.º, 33.º, 34.º e 35.º.

Artigo 37.º

A tortura e a privação da liberdade

Nenhuma criança será submetida à tortura, a penas ou tratamentos cruéis, a detenção ilegal ou à privação da liberdade. Tanto a pena de morte como a prisão perpétua sem possibilidade de libertação serão proibidas para infracções cometidas por pessoas com menos de 18 anos. Qualquer criança privada de liberdade deve ser separada dos adultos, a menos que seja considerado ser do interesse superior da criança que tal não aconteça. A criança que está detida deve ter assistência jurídica ou de outro tipo, assim como contacto com a família.

Artigo 38.º

Os conflitos armados

Os Estados Membros devem tomar todas as medidas possíveis para garantirem que as crianças com menos de 15 anos não participam directamente nas hostilidades. Nenhuma criança com menos de 15 anos deve ser incorporada nas forças armadas. Os Estados devem também garantir a protecção e a assistência às crianças afectadas pelo conflito armado, como descrito na legislação internacional pertinente.

Artigo 39.º

Os cuidados de reabilitação

O Estado tem a obrigação de garantir que as crianças vítimas de conflitos armados, de tortura, de negligência, maus-tratos ou exploração recebam o tratamento apropriado para a sua recuperação e reinserção social.

Artigo 40.º

A administração da justiça juvenil

Uma criança que infringiu a lei tem o direito a um tratamento que reforce o seu sentido de dignidade e valor, que tenha em conta a idade da criança e que tenha em vista a sua reintegração no seio da sociedade. A criança tem direito às garantias básicas assim como a assistência jurídica ou de outro tipo para a sua defesa. Os processos judiciais e os internamentos em estabelecimentos devem ser evitados sempre que possível.

Artigo 41.º

O respeito pelas disposições existentes

Sempre que haja na legislação nacional e internacional aplicável disposições pertinentes para os direitos da criança que sejam mais favoráveis do que as desta Convenção, aplicar-se-á sempre a disposição mais favorável.

Artigo 42-54.º

A implementação e a entrada em vigor

O disposto nos artigos 42-54.º prevê particularmente:

- a obrigação do Estado em tornar amplamente conhecidos os direitos presentes nesta Convenção, tanto entre os adultos como entre as crianças
- a instituição de um Comité dos Direitos da Criança, composto de 10 peritos, o qual apreciará os relatórios a serem submetidos pelos Estados Membros à Convenção dois anos após a ratificação e todos os cinco anos daí em diante. A Convenção entra em vigor - e o Comité ficará por conseguinte instituído - uma vez que 20 países a tenham ratificado
- os Estados Membros asseguram que os seus relatórios estejam amplamente disponíveis ao público

- o Comité pode recomendar que sejam levados a cabo estudos especiais sobre questões específicas relativas aos da criança, e pode levar as suas apreciações ao conhecimento dos Estados Membros interessados assim com da Assembleia-geral da ONU
- no sentido de “promover a aplicação efectiva da Convenção e encorajar a cooperação internacional”, as agências especializadas da ONU (como sejam a Organização Internacional do Trabalho, a OMS e a UNESCO) e a UNICEF poderão estar presentes nas reuniões do Comité. Em conjunto com qualquer outro organismo considerado “competente”, incluindo as ONGs com estatuto consultivo junto da ONU e dos órgãos da ONU como seja o ACNUR, estas podem submeter informação relevante ao Comité e ser-lhes pedido o parecer sobre a melhor forma de aplicar a Convenção
- não é autorizada nenhuma reserva incompatível com o objecto e o propósito da presente Convenção.

Síntese das Regras Gerais da ONU sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências¹³

As Regras Gerais:

- cobrem todos os aspectos da vida de uma pessoa deficiente. Indicam as áreas de importância decisiva para a qualidade de vida e para alcançar a participação e a igualdade plenas
- fornecem um instrumento de tomada de decisões políticas e de actuação para as pessoas deficientes e para as suas organizações
- asseguram que as raparigas, os rapazes, as mulheres e os homens deficientes possam exercer os mesmos direitos e obrigações que os outros
- declara que é responsabilidade dos governos tomarem medidas adequadas para eliminar quaisquer obstáculos
- declara que as pessoas deficientes e as suas organizações devem exercer um papel activo como parceiros neste processo.

As Regras Gerais estão divididas em quatro secções:

1. Quatro requisitos para a igualdade de participação

Estes requisitos indicam as quatro actividades básicas que têm de ocorrer antes que a igualdade de participação possa ser alcançada. Cada requisito tem um número de recomendações associadas.

¹³ Adaptado de 'Information Kit on the UN Standard Rules', disponível na Disability Awareness in Action.

- Sensibilização.
- Cuidados médicos.
- Reabilitação.
- Serviços de apoio.

2. Oito áreas alvo da igualdade de participação

Esta secção das Regras Gerais expõe os objectivos em várias áreas da. O cumprimento destes objectivos ajudará a assegurar a igualdade de participação e de direitos para as pessoas deficientes.

- Acessibilidade.
- Educação.
- Emprego.
- Garantia de rendimentos e segurança social.
- Vida familiar e integridade pessoal.
- Cultura.
- Lazer e desporto.
- Religião.

3. Dez medidas de aplicação

Esta secção resume os modos de levar a cabo as Regras Gerais de maneira eficaz.

- Informação e investigação.
- Política e planeamento.
- Legislação.
- Políticas económicas.
- Coordenação dos trabalhos.
- Organizações de pessoas deficientes.
- Formação do pessoal.

- Controlo e avaliação nacionais dos programas na área da deficiência adoptados em aplicação das Regras Gerais.
- Cooperação técnica e económica.
- Cooperação internacional.

4. Mecanismo de controlo

Esta secção expõe a finalidade do mecanismo internacional de controlo. Este tem lugar através da Comissão da ONU para o Desenvolvimento Social, por um Relator Especial, que regularmente apresenta relatórios à Comissão - em 1994, 1997 e 2000.

Referências

Ahlen, E (1997) **Inventory of Documentation about Children with Disability in Armed Conflict and Displacement** (*Inventário da Documentação sobre Crianças com Deficiências em Conflitos Armados e Deslocamentos*). Estocolmo : Rädda Barnen.

Alderson, P (2000) **Young Children's Rights: exploring beliefs, principles and practice** (*Os Direitos das Crianças Novas*). Londres: Jessica Kingsley. ISBN: 1-85302-880-0

Anhui Provincial Civil Affairs & Save the Children UK (1999) **A New Model of Caring for Children in Guangde: residential care resource manual** (*Um Novo Modelo de Cuidar das Crianças em Guangde: manual de recursos para cuidados ao domicílio*). Beijing: APCA, Guangde County Civil Affairs & Save the Children UK.

Aspis, Simone (1999) **Disabled children with learning difficulties fight for inclusive education** (*Crianças portadoras de deficiências com dificuldades de aprendizagem lutam por educação inclusiva*). Changing Perspectives, 40 Churchill Rd, Willesden, London NW2 5EA.

Aspis, Simone (2000) **The UN CRC is disablist and discriminatory** (*A CDC da ONU é incapacitante e discriminatória*). Changing Perspectives, Londres.

Bell, B (2000) **Ten Years of the UN Convention on the Rights of the Child** (*Dez Anos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança*). Londres: Save the Children UK.

Bernard, C (1999) 'Child sexual abuse and the black disabled child' (*O abuso sexual infantil e a criança negra deficiente*) In: **Disability and Society** (*A Deficiência e a Sociedade*), Vol. 14, No 3, pp. 325-339.

Bond, Tim with Nguyen Thuy Hong (1998) **The Alternative Basic Education Programme supported by UNICEF: an Assessment** (*O Programa de Educação Básica Alternativa apoiado pela UNICEF: uma Avaliação*). Hanoi: UNICEF.

Boukhari, H (1997) 'Invisible victims: working with mothers of children with learning disabilities' (*Vítimas invisíveis: o trabalho com mães de crianças com dificuldades de aprendizagem*). In: Abu-Habib, L (ed) **Gender and Disability: Women's Experiences in the Middle East** (*Género e Deficiência: As Experiências das Mulheres no Médio Oriente*). Oxford: Oxfam. ISBN: 0 85598 363 9

Bracken, PJ & Petty, C (org.) (1998) **Rethinking the Trauma of War** (*Repensar o Trauma de Guerra*). Londres: Free Association. ISBN: 1-853434-08-6

Brandon, S (1997) **The Invisible Wall: Niki's fight to be included** (*O Muro Invisível: a luta de Niki para ser incluído*). Hesketh Bank: Parents with Attitude. ISBN: 095 26864-14

Brolin, LA (1996) **The Rights of Children with Disabilities: how is progress monitored?** (*Os Direitos das Crianças com Deficiências: como se controla o progresso?*) Uma Revisão de Relatórios Nacionais e de ONG para o Comité para os Direitos da Criança. Estocolmo: Rädda Barnen.

CBR News, No.23, 1996, p.6. 'Finding friends' (*Arranjar amigos*). (*Save the Children UK Evaluation team Scott CBR Project, Lesotho*). Healthlink Worldwide, Cityside, 40 Adler Street, London E1 1EE, UK, Telefone +44 20 7539 1570; fax +44 20 7539 1580, e-mail info@healthlink.org.uk

CBR News, No.23, 1996 p.8 'Helping the poorest children' (*Ajudar as crianças mais pobres*).

CBR News, No.23, 1996. p. 8: 'Securing basic rights' (*Assegurar os direitos básicos*).

Centre for Services and Information on Disability (1999) **Street Children with Disabilities: situation analysis and need assessment of street children with disabilities in Dhaka City** (*Crianças de Rua com Deficiências: análise de situação e avaliação das necessidades das crianças de rua com deficiências na cidade de Dhaka*). Dhaka: CSID/Save the Children da Suécia.

Child Workers in Asia & SC Alliance (1997) **Invisible Children: child work in Asia and the Pacific** (*Crianças Invisíveis: trabalho infantil na Ásia e no Pacífico*). Aliança Internacional Save the Children, c/o SC UK Southeast, East Asia and the Pacific Regional Office, Tailândia. ISBN: 974-89531-0-6

Cross, Merry (1998) **Proud Child, Safer Child: a handbook for parents and carers of disabled children** (*Criança Orgulhosa, Criança Mais Segura: um manual para pais e responsáveis de crianças portadoras de deficiências*). Londres: The Women's Press. ISBN: 0-7043-4561-7

Davis, J & Watson, N (2000) 'Disabled children's rights in everyday life: problematising notions of competency and promoting self-empowerment' (*Os direitos das crianças com deficiências na vida quotidiana: problematizar as noções de competência e promover a auto-habilitação*). In: **The International Journal of Children's Rights** (*Revista Internacional dos Direitos das Crianças*), Vol. 8, no 3, pp. 211-228.

Despouy, L (1993) **Human Rights and Disabled Persons** (*Os Direitos Humanos e as Pessoas Deficientes*). Nova Iorque: Nações Unidas. ISBN: 92-1-154090-9; 1014-5680

DICAG (1998) **International Seminar: Unveiling Article 23 of the UN Convention on the Rights of the Child**. Equalisation of opportunities for children with disabilities in Africa (*Dar oportunidades iguais às crianças com deficiências em África*). Vol. I. Disabled Children's Action Group: África do Sul.

Disability Awareness in Action Newsletter No 68, 1999, p.3. 'Disabled children in Ghana' (*As Crianças portadoras de deficiências no Gana*).

Disabled People's International-European Union Committee (1998) **Human Rights Network. A report of a project 1997/98** (*Rede de Trabalho dos Direitos Humanos. Um relatório de um projecto de 1997/98*). Londres: DPI-EUC. <http://www.daa.org.uk>

East European Partnership (1995) 'EEP projects in Bulgaria'. In: **Link**, No.6. Londres: EEP. (*Agora em fusão com Voluntary Service Overseas, Londres.*)

Enabling Education Network (1998) **Enabling Education** (*O Ensino Capacitante*). Revistas Números 1-3. EENET, Manchester University, UK. e-mail: eenet@man.ac.uk
website: <http://www.eenet.org.uk>

European Children's Trust (2000) **Today's Children: Tomorrow's Citizens** (*Crianças de Hoje: Cidadãos de Amanhã*). Annual Report 2000. ECT: Londres.

Federation for the Protection of Children's Human Rights (1997) **The Convention on the Rights of the Child: 95 Issues to be solved in Japan** (*A Convenção sobre os Direitos da Criança: Questões de 95 a resolver no Japão*). Relatório da ONG ao Comité das Nações Unidas para os Direitos da Criança. <http://www.crin.org/ngo.nsf>

Government of South Africa (1997) **Integrated National Disability Strategy** (*Estratégia Nacional Integrada sobre Deficiência*). Livro branco do gabinete do Presidente. África do Sul.

Groce, Nora (1997) 'Girls and women with disability: a global overview' (*Raparigas e mulheres com deficiências*) in: **One in Ten** (*Uma em Dez*), Vol 17. Nova Iorque: UNICEF/ Rehabilitation International.

Gunnarson, A (1998) **Children with Disability** (*Crianças com Deficiências*). Estocolmo: Rädga Barnen. Disponível em: <http://www.crin.org.uk/disab/dissue.htm>

Hagner, Christina (1999) **Everyone has the Right to Grow and Blossom**. Learning about children with disabilities (*Toda a gente tem Direito a Crescer e a Florescer. Aprender sobre as crianças com deficiências*). Estocolmo: Rädga Barnen.

Haile, G & Bogale, T (1999) **From exclusion to inclusion: a case of children with mental retardation in Kokebe Tsebah Primary School in Addis Abeba (Etiópia)** (*Da exclusão à inclusão: um caso de crianças com atraso mental na Escola Primária de Kokebe Tsebah em Addis Abeba*). Addis Abeba: Save the Children da Suécia, Eastern and Central Africa Office.

Hastie, Rachel (1997) **Disabled Children in a Society at War: a Casebook from Bosnia** (*Crianças portadoras de deficiências num Sociedade em Guerra: um Livro de Notas da Bósnia*). Oxford: Dublin: Oxfam. (Oxfam development casebooks) ISBN: 0-85598373-6

Helander, Einar (1994) **Prejudice and Dignity: an Introduction to Community-based Rehabilitation** (*Preconceito e Dignidade: uma Introdução à Reabilitação com Base na Comunidade*). Nova Iorque: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Hodgkin, Rachel & Peter Newell (1998) **Implementation Handbook for the Convention on the Rights of the Child** (*A Aplicação do Guia para a Convenção sobre os Direitos da Criança*). Nova Iorque: UNICEF.

Human Rights Watch (1998) **Children abandoned to the Russian state: cruelty and neglect in Russian orphanages** (*Crianças abandonadas ao Estado russo: crueldade e negligência nos orfanatos russos*). Nova Iorque: Human Rights Watch Children's Division.
<http://www.hrw.org/hrw/reports98/russia2/>

International Disability & Development Consortium (2000) **Seen and Heard: Promoting the rights of disabled children globally**. Relatório de um seminário de um dia, Brighton, 5 de Outubro de 1999. <http://www.iddc.org.uk>

International Alliance Save the Children (2000) **Children's Rights: Equal Rights? Diversity, difference and the issue of discrimination** (*Os Direitos das Crianças: Igualdade de Direitos? A diversidade, a diferença e a questão da discriminação*). Londres: Save the Children.
ISBN: 2-940217-11-4

Jones, H (1999) 'Integrating a disability perspective into mainstream development programmes: the experience of SC UK in E Asia' (*Integrar uma perspectiva de deficiência nos programas de desenvolvimento comuns*). Em: Stone, E (ed) **Disability and Development: Learning from action and research on disability in the majority world** (*Deficiência e Desenvolvimento: Aprender com a acção e a investigação sobre a deficiência no mundo da maioria*). Leeds: The Disability Press. ISBN: 0-9528450-3-2
<http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/>

Jones, Melinda & Basser Marks, Lee Ann (1997) 'Beyond the Convention on the Rights of the Child: the rights of children with disabilities in international law' (*Para além da Convenção sobre os Direitos da Criança: os direitos das crianças com deficiências no direito internacional*). Em: **The International Journal of Children's Rights**, Vol. 5, no 2, pp.177-192.

Kenworthy, J & Whittaker, J (2000) 'Anything to Declare? The struggle for inclusive education and children's rights' (*Alguna Coisa a Declarar? A luta pelo ensino inclusivo e pelos direitos das crianças*). Em: **Disability and Society**, (*Deficiência e Sociedade*) Vol. 15 (2), pp.219-231. ISSN: 0968-7599 (print)/ISSN: 1360-0508 (on-line)/00/020219-13

Kenya Alliance for the Advancement of Children's Rights (1998) **Disability is not inability** (*A deficiência não é incapacidade*). KAACR, PO Box 73637, Nairobi, Kenya. Disponível em: <http://www.crin.org/disab/dissue.htm>

Lehtomaki, Elina (1999) 'Inclusion and deafness: families as essential stakeholders' (*Inclusão e deficiência auditiva: as famílias como participantes essenciais*). University of Jyväskylä, Finlândia. Artigo apresentado no seminário: '**Inclusion and Deafness**' (*Inclusão e Deficiência Auditiva*), June 1999. EENET, University of Manchester, RU. À disposição no website da EENET.

Machel, Graça (1996) **Impact of armed conflict on children** (*O impacto do conflito armado sobre as crianças*). Relatório para a Assembleia-geral das Nações Unidas. A/51/306.

Miller, Judy (1999) **All Right at Home? Promoting respect for the human rights of children in family life** (*Tudo Bem em Casa? Promover o respeito pelos direitos humanos das crianças na vida familiar*). Barnardo's, Children's Rights Office, The Children's Society, NCH Action for Children, NSPCC, Save the Children UK. CRO: Londres. 319 City Rd, Londres, EC1V 1LJ. info@rights.org.uk

Mohit, Anuradha (1997) 'Coming to light: the status of blind women in South Asia' (*O revelar da luz: o estatuto das mulheres invisíveis na Ásia do Sul*). Women's Committee, Asian Blind Group. In: **DAA Newsletter** No.48, pp.4-5.

Mumba, P (2000) 'Democratisation of Primary Classrooms in Zambia' (*Democratização da Escola Primária na Zâmbia*). 'Twinning Project & Community Study Pairs' (*O Projecto de Geminação & os Colegas de Estudo da Comunidade*). Artigos apresentados ao International Special Education Congress 2000, Manchester, UK. <http://www.isec2000.org.uk> CD-ROM de: inclusive@inclusive.co.uk

National NGO Coalition for the Implementation of the NU Convention on the Rights of the Child (1998) **Austria's NGO Report Regarding the Initial Report** (*Relatório das ONGs da Áustria Relativo ao Relatório Inicial*). <http://www.crin.org/ngo.nsf>

Ngo Kim Cuc (1996) 'Street children in Vietnam' in: Engel, K & Gow, M (org.) (1999) **Challenge and Hope: Disability, disease and trauma in the developing world** (*Desafio e Esperança: A deficiência, a doença e o trauma no mundo em desenvolvimento*). World Vision Australia. Extraído de: Ngo KC & Flamm, M (1996) **Children of the Dust: Street Children in Vietnam and Children in Extremely Difficult Circumstances** (*Crianças do Pó: as Crianças de Rua no Vietname e Crianças em Circunstâncias Extremamente Difíceis*). WVI: Bangkok, Tailândia. ISBN 974-89687-1-5-14

Petrén, A & Himes, J (org.) (2000) **Children's Rights. Turning Principles into Practice** (Os Direitos das Crianças. Passar dos Princípios à Prática). Estocolmo: Save the Children da Suécia: Kathmandu: UNICEF Escritório Regional para o Sudeste da Ásia. ISBN: 91-89366-37-9

PIDEE-CEDIAL (1998) **Let us prevent disability** (*Deixem-nos prevenir a deficiência*). Fundacion para la proteccion de la infancia danada por los estados de emergencia (PIDEE) Chile. Disponível em: <http://www.crin.org/disab/dissue.htm>

Rädda Barnen (1998) **Especially successful projects: Integration of children with disabilities** (*Projectos especialmente bem sucedidos: A integração de crianças com deficiências*). Estocolmo: Save the Children da Suécia. p. 3.

Rutter, S & Seyman, S (1999) **He'll never join the army** (*Ele nunca entrará para o exército*). Down's Syndrome Association: Londres. <http://www.dsa-uk.com>

Save the Children UK (1995) **In Our Own Words: Disability and Integration in Morocco** (*Pelas Nossas Próprias Palavras: Deficiência e Integração em Marrocos*). Londres : SC UK. ISBN: 1-899120-21-1

Save the Children UK (1997) **Country Report: West Bank and Gaza Strip** (*Relatório Nacional: a Margem Ocidental do Jordão e a Faixa de Gaza*). SC UK: Londres.

Save the Children UK (1999b) **“Do not look down on us”. Children’s voices from informal settlements in Zimbabwe** (*“Não nos desprezem”. As vozes das crianças dos povoadamentos informais no Zimbabué*). SC UK: Harare, Zimbabué.

Schofield-Gurung, Jane (2000) **Let’s Work Together - A Practical Combined Approach To Inclusive Education In Nepal** (*Vamos Trabalhar Juntos - Um Abordagem Prática Combinada para o Ensino Inclusivo no Nepal*). Artigo apresentado ao International Special Education Congress 2000, Manchester University, UK.
<http://www.isec2000.org.uk> CD-ROM à disposição em: inclusive@inclusive.co.uk

Seok, Kyong-Hwa (2000) **Disabled South Koreans may be neglected, ostracized** (*Os deficientes sul-coreanos podem ser negligenciados, ostracizados*), em: *From Time to Time: Nando’s in-depth look at the 20th Century*. Nando Press: Seul, Coreia do Sul. <http://www.nandotimes.com>

Smith, C (2000) **Draft Handbook of Child Rights Programming** (*Esboço de Guia para a Programação dos Direitos da Criança*). Londres: Aliança Internacional Save the Children, Child Rights Task Group.

Stubbs, Sue (2000) ‘Overcoming barriers to inclusion in Douentza, Mali’ (*Ultrapassar os obstáculos à inclusão em Douentza, no Mali*) em: **EENET Newsletter**, No.4, pp.8-9.
<http://www.eenet.org.uk/newsletters/news4/p8.htm>

Tran, TN (2000) **Relevant Education for Disabled Children in Viet Nam** (*Educação Relevante para Crianças portadoras de deficiências no Vietname*). Artigo apresentado ao International Special Education Congress 2000, Manchester University, UK. <http://www.isec2000.org.uk> CD-ROM à disposição em: inclusive@inclusive.co.uk

United Nations (1993) **UN Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Disabled People** (*As Regras Gerais da ONU sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências*). ONU: Nova Iorque.
<http://www.independentliving.org/standardrules/StandardRulesI.html>

UNESCO & Ministry of Education, Spain (1994) **Salamanca Statement & Framework for Action** (*A Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção*). Salamanca.
<http://www.unesco.org/education/educprog/sne/salamanc/cover.html>

UNESCO (2000) **Inclusive Education, a Process, a Challenge** (*A Educação Inclusiva, um Processo, um Desafio*). Declaração da mesa redonda. Conferência Educação para Todos, Ásia e a Região do Pacífico, Bangueco

UNHCR & SC Alliance (2000) **Action for the Rights of Children (ARC). Module 11 - Critical Issues: Disability** (*Acção para os Direitos das Crianças (ADC). Módulo 11 - Questões Críticas: a Deficiência*). Genebra: Alto Comissariado das NU para os Refugiados; Genebra: Estocolmo: Save the Children da Suécia. Contacto: nosworth@unhcr.ch

UNICEF (1999) **Human Rights for Children and Women: how UNICEF helps make them a reality** (*Direitos Humanos para Crianças e Mulheres: como a UNICEF ajuda a torná-los realidade*). Nova Iorque: UNICEF.
<http://www.unicef.org/pubsgen/humanrights-children/>

UN General Assembly (1996) **Monitoring the implementation of the Standard Rules** (*Controlar a aplicação das Regras Gerais*). Nota do Secretário-geral. 52ª sessão. A/52/56.

Watson, N, (et. al.) (2000) **Life as a Disabled Child: a qualitative study of young people's experiences and perspectives** (*A vida como uma Criança portadora de deficiências: um estudo qualitativo das experiências e perspectivas dos jovens*). Edimburgo: University of Edinburgh, Dept. of Nursing Studies. <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/projects/children.htm>

Wilson, Christine & Jade, Rowen (1999) **Whose Voice is it Anyway? Talking to Disabled Young People at School**

(*Mas de quem é a voz? Falar com Jovens com Deficiências na*

Escola). Londres: Alliance for Inclusive Education.

<http://www.btinternet.com/~allfie/index/html>

Yeo, Rebecca (1999) 'A community-based sign language

programme in Uganda'. Action on Disability and

Development (ADD) (*'Um programa de linguagem gestual*

baseado na comunidade no Uganda'). Artigo apresentado ao

seminário: '**Inclusion and Deafness**', Junho 1999. Enabling

Education Network EENET, University of Manchester, UK.

Disponível em <http://www.eenet.org.uk/>

Colaboradores adicionais

Funcionários do Fellowship Baptist Health Centre, Rizal
Extension, Kabankalan City, Negros Occidentalis, Filipinas.

GADHOH: The Gambia Association of the Deaf and Hard of
Hearing, c/o GOVI, Box 2053, Serrekunda, Gâmbia.

Lesotho Society for Mentally Handicapped Persons

Ms Lidia Pretorius, Disability Adviser, DICAG, África do Sul

Pusat Rehabilitasi YAKKUM, Yogyakarta, Central Java,
Indonésia.

As mães das crianças portadoras de deficiências de Varna, na
Bulgária, e do Zimbábwe.

Contactos

International Save the Children Alliance

275-281 King Street, Hammersmith
Londres W6 9LZ, RU
Tel: +44 20 8748 2554
Fax: +44 20 8237 8000
info@save-children-alliance.org
<http://www.savethechildren.net>

Save the Children Sweden

SE-107 88 Estocolmo
Suécia
Tel: +46 8 698 90 00
Fax: +46 8 698 90 12
info@rb.se
<http://www.rb.se>

Save the Children UK

17 Grove Lane
Londres SE5 8RD, RU
Tel: +44 20 7703 5400
Fax: +44 20 7703 2278
info@scfuk.org.uk
<http://www.savethechildren.org.uk>

Child Rights Information Network (CRIN)

c/o Save the Children
17 Grove Lane
Londres SE5 8RD, RU
email: information@crin.org.uk
<http://www.crin.org.uk>

Disability Awareness in Action (DAA)

11 Belgrave Rd
Londres SW1V 1RB, RU
Tel: +44 20 7834 0477
Fax: +44 20 7821 9539
Text-phone: +44 20 7821 9812
e-mail: gabinete central: admin@daa.org.uk
gabinete de informação: info@daa.org.uk
<http://www.daa.org.uk>

Enabling Education Network

Centre for Educational Needs
School of Education
University of Manchester
Oxford Rd
Manchester M13 9PL, RU
Tel: +44 161 275 3711/3510
Fax: +44 161 275 3548
Email: eenet@man.ac.uk
<http://www.eenet.org.uk>

International Disability and Development Consortium (IDDC)

co-ordinator@idddc.org.uk
administrator@idddc.org.uk
<http://www.idddc.org.uk>

Rights for Disabled Children Working Group

Contactar DAA acima mencionada

Os direitos das crianças portadoras de deficiências - um guia prático

Formulário de Feedback

Preencha e devolva por favor este formulário dentro de três a seis meses para:

Nicky Hodges, Disability Policy officer, Save the Children UK, 17 Grove Lane, Londres, RU.

Email: n.hodges@scfuk.org.uk

Os seus dados

Nome

Organização

Morada

País

Endereço electrónico

Data em que recebeu a publicação

Tenho uma cópia ☐ do livro ☐ do CD-ROM ☐ tanto do livro como do CD-ROM

Os seus comentários

Comente os seguintes pontos colocando um círculo à volta de um número por linha.

1 = concordo inteiramente, 2 = concordo, 3 = sem opinião, 4 = discordo, 5 = discordo inteiramente

	Livro	CD-ROM
Formato		
Aspecto fácil de ler/usar	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
Linguagem fácil	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
Conteúdo		
Interessante	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
Útil	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
Completo	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
Informativo	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5

Tenho utilizado o Livro da seguinte maneira:

Tenho utilizado o CD-ROM da seguinte maneira:

As suas sugestões

para correcções/melhoramentos/acréscimos/
ao Livro

ao CD-ROM

Assinatura

Data

Todas as crianças devem usufruir dos mesmos direitos no mundo inteiro, seja qual for a sua raça, religião, cultura ou deficiência, e sejam quais forem as suas circunstâncias pessoais ou familiares. As crianças portadoras de deficiências existem por todo o lado, em todas as situações e em todas as culturas. Em 1989, A Assembleia-geral das Nações Unidas adoptou a Convenção sobre os Direitos da Criança. 191 países já ratificaram a Convenção demonstrando vontade política de colocarem as crianças nas suas agendas políticas. A Convenção dos Direitos da Criança considerou todas as raparigas e rapazes, incluindo as crianças portadoras de deficiências, como portadoras de direitos, estabeleceu um quadro de trabalho internacionalmente aceite para o tratamento de todas as crianças e criou um compromisso global mais sólido para salvaguardar os seus direitos.

Contudo, passados dez anos observamos que as crianças no mundo inteiro continuam a enfrentar a desigualdade nas suas vidas quotidianas. A discriminação e o abuso, tanto quanto a falta de oportunidades de educação, são lugares comuns para as raparigas e os rapazes com deficiências. As crianças portadoras de deficiências são frequentemente excluídas da sociedade comum e raramente lhes é dada a oportunidade de participarem. Para além disso, a sua situação é muitas vezes esquecida e elas são frequentemente ignoradas em medidas dirigidas às crianças.

O propósito deste guia prático é proporcionar um instrumento de trabalho utilizável por todas as pessoas, sejam do governo ou não governamentais, locais ou internacionais, organizações de pessoas deficientes, de crianças ou de pais, levando-as a ganhar consciência da situação das crianças com deficiências e a agirem no sentido de promover os direitos das crianças portadoras de deficiências em todo o lado.

Save the Children

17 Grove Lane

London

SE5 8RD

UK

Tel: +44 (0) 20 7703 5400

Fax: +44 (0) 20 7703 2278

www.savethechildren.org.uk